

SESSÕES DO PLENÁRIO

18ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 21 de março de 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Leitura do Expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Hildécio Meireles comunicando que, em virtude de viagem a Brasília para atividade do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 08 e 09/03/2017.

Do Deputado Paulo Câmera comunicando que, devido a compromissos

assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 13/03/2017.

Do Vereador Francisco S. Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores de Adustina - Ba, dando conhecimento da Resolução nº 001/2017, de autoria do Vereador Edson Patrick, na qual se posiciona veementemente contra a Reforma da Previdência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 15ª e 16ª, realizadas, respectivamente, em 14 e 15 de março de 2017; e da 4ª sessão especial, realizada em 10 de março de 2017.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra a nobre deputada Luiza Maia, pelo tempo de até 5 minutos.

Na ausência, com a palavra o deputado Marcelino Galo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Sandro Régis, nobres deputados e deputadas desta Casa, servidores e servidoras, imprensa, nesse final de semana me organizei para fazer o planejamento da próxima semana, mas acho que foi um dos finais de semana mais intensos do ponto de vista da política. Realmente, estão acontecendo coisas nunca vistas em nossa história.

Quero dizer que vivi a minha vida toda sendo agrônomo, trabalhando em assentamentos de sem-terra, na lona preta. Nunca prestei serviços ao agronegócio brasileiro. Mas o que acontece, hoje, é que o Brasil vive um caos institucional. O Estado perdeu completamente o controle sobre suas instituições. Não é possível que uma investigação como essa da Polícia Federal, que dizem que vem-se desenrolando há 2 anos, venha fazer aquele bate-bumbo, uma operação espetacular, feita da forma mais irresponsável de ser ver, para completar ou, na verdade, iniciar um processo de investigação sobre a qualidade da carne.

Meus senhores, o Brasil demorou uma vida na defesa fitossanitária para debelar todos os focos de aftosa. Não foi à toa que o Brasil se transformou num dos maiores produtores de proteína do mundo. E, agora, a serviço de quem se joga isso tudo na vala comum?

Sabemos que o mundo vive uma guerra fitossanitária por disputa de mercado e que a CIA financia isso. É preciso que se apure, o Congresso Nacional, o Senado Federal, a quem serve esse tipo de movimentação.

Por isso, acho que o Congresso deverá, certamente, instalar uma CPI para ver como foi esse tipo de movimentação, que envolve apenas 4% dos grandes frigoríficos. E como fica o restante todo que, hoje, presta serviços inestimáveis ao País produzindo proteína para botar na mesa do brasileiro?

As sanções estão aí, os outros países estão aproveitando essa operação espetacular para se aproveitarem e garantirem o seu lugar no mercado deixado pelas empresas brasileiras.

Aqui temos deputados vinculados ao agronegócio, aqueles que trabalham no seu dia a dia têm que vir aqui, têm que fazer frente, isso tem que ser debatido na Comissão de Agricultura, na Comissão de Infraestrutura, porque é um setor que não pode ser destruído. Então isso é um acúmulo da sociedade brasileira, pois muitos recursos foram investidos, a Embrapa sempre prestou um grande serviço no sentido de fornecer conhecimento para transformar este País no grande produtor de alimentos do mundo. E agora, como vamos saber se essa operação não foi financiada pela CIA, pelo serviço de inteligência americana? Porque a carne já entrava no mercado dos Estados Unidos, e essa coisa tem que ser apurada. Corrupção é uma coisa, e sabemos que no sistema capitalista ela é sistêmica ao sistema de exploração do homem pelo homem.

Agora, a destruição de um patrimônio como esse é uma vergonha para a burguesia brasileira.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado e ex-presidente desta Casa Marcelo Nilo.

O Sr. MARCELO NILO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Brasil acompanha mais uma do Congresso Nacional, - vários deputados sendo criticados, sendo massacrados pela população - eles querem que na eleição de 2018 o eleitor vá à urna eletrônica mas não saiba em quem está votando. É a famosa lista partidária. Uma coisa inacreditável num momento como esse, quando o povo brasileiro repudia 90% dos políticos do Brasil, e esses mesmos deputados, deputado Gika, querem aprovar uma tal lista partidária. O eleitor vai à urna, vota, mas não sabe para onde vai seu voto. É inaceitável, inacreditável que alguns deputados federais pensem que eles votam e o povo brasileiro não tomam conhecimento. Hoje mesmo tivemos manifestações em muitas redes sociais contra essa famosa lista partidária.

O povo brasileiro, há algumas décadas, foi votar o plebiscito para decidir entre o regime presidencialista e o parlamentarista. E o povo aprovou, com uma esmagadora votação, o presidencialismo como regime de governo brasileiro. O povo não aceita que o Congresso Nacional escolha o primeiro-ministro. O povo não aceita que não haja renovação no Congresso, uma vez que os presidentes, os comandantes

dos partidos políticos farão a lista e, conseqüentemente, escolherão aqueles que deverão compor as Casas Legislativas.

Portanto sou contra essas listas partidárias, aliás, sou favorável ao “distritão”, em que os mais votados são os eleitos. Mas que o povo brasileiro vá votar sabendo quem é o seu candidato, porque é inaceitável que vá haver, sem dúvida nenhuma, uma corrupção partidária, porque muitos presidentes de partidos venderão aqueles que ficarão no topo, nos primeiros lugares das listas partidárias.

Quero perguntar ao atual presidente desta sessão, o deputado Sandro Régis, se posteriormente defenderá a lista partidária. Mas a defesa na rede, porque o nosso querido Tasso Franco está ali, é um jornalista praticamente de plantão aqui nesta Casa e tem o *site Bahia Já*, que vai dizer que V.Ex^a é favorável à lista partidária.

Quero ver, deputado, quando for ao supermercado, ao *shopping*. Vai ver a reação da sociedade. O povo brasileiro não aceita lista partidária, deputado. V.Ex^a foi um dos deputados mais bem votados. Aliás, os 2 mais bem votados desta Casa, V.Ex^a e Fábio Souto, vão encabeçar as listas partidárias. O deputado Fábio em primeiro lugar e em segundo o senhor. Conseqüentemente, não precisam fazer campanha. Vão ficar neste Plenário, sentados, tomando uma aguinha, o cafezinho de Ritinha, porque seus nomes estão na cabeça da lista e, conseqüentemente, serão eleitos. O deputado Marcelino Galo, que luta muito pra chegar lá, com certeza vai ficar nas últimas. Já V.Ex^a não sabe como pedir votos.

Então, vamos ser contra. Peço inclusive aos deputados do PT e ao meu amigo Marcelino Galo que façam uma moção de repúdio a esses parlamentares petistas que defendem a lista partidária. Sou altamente contrário, porque o eleitor tem que votar é no candidato.

Concluindo, Sr. Presidente, no máximo é ter o “distritão” porque aí, sim, o povo brasileiro escolhe os melhores candidatos para que sejam os representantes dele lá no Congresso, nas Assembleias e nas Câmaras de Vereadores.

Portanto, deputado Sandro Régis, quando V.Ex^a estiver na planície, quero ver o seu discurso defendendo a lista partidária. Disse que vai defender. Vou cobrar.

Concluo dizendo que realmente a lista partidária não está à altura do povo do nosso País.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Marcelo Nilo, V.Ex^a, que me provocou no seu discurso, está...

O Sr. MARCELO NILO:- No bom sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- No bom sentido.

(...) preocupado com a lista ou com o PSL?

O Sr. MARCELO NILO:- Estou preocupado é com o povo brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a está preocupado é com a lista ou com o PSL, hem? Beleza!

O Sr. MARCELO NILO:- Em qualquer lista estarei em primeiro lugar porque fui o deputado mais bem votado. Então, em qualquer lugar estou em primeiro lugar.

Obrigado, presidente, pelas suas informações. Ó, o Tasso Franco vai colocar ali que V.Ex^a é favorável à lista.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Sr^s e Srs. Funcionários desta Casa, hoje pela manhã tivemos a presença aqui do secretário da Fazenda para cumprir o que determina a nossa Constituição Estadual, a lei. Portanto, também para apresentar os demonstrativos financeiros e orçamentários do último quadrimestre do ano passado. Isso na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, da qual o deputado Marcelo Nilo é presidente.

E nós questionamos alguns fatos que ali, no nosso entender, não foram devidamente esclarecidos. E essas questões que levantamos em relação às execuções orçamentária e financeira do governo do Estado, vamos continuar trabalhando nas reuniões ordinárias daquele Colegiado.

Quero agora, Sr. Presidente, trazer uma notícia para esta Casa e os parlamentares, pois creio que a maioria ficará satisfeita. Tenho visitado, quase semanalmente, o município de Vitória da Conquista, onde o nosso querido colega Herzem Gusmão teve a oportunidade de assumir o comando, a Prefeitura Municipal. Estive com ele há 15 dias e fiquei muito satisfeito em perceber que o hoje prefeito tem controle, está centrado agora na sua nova missão de governar a segunda cidade do interior baiano, terceira do Estado da Bahia.

Ontem, segunda-feira, fiquei surpreso com algumas notícias veiculadas na imprensa em relação a uma invasão. Segundo elas - se não me engano, parece-me que esta notícia foi levada pelo ex-secretário e atual deputado federal Jorge Solla -, a Prefeitura conquistense, de forma violenta, teria retirado de lá famílias que estavam ocupando uma área de proteção ambiental que, embora protegida por lei federal, é guardada pelo próprio município. A Prefeitura é que tem a guarda. O prefeito Herzem teve o cuidado de apenas retirar aqueles invasores que provavelmente estariam ali especulando. Eram pessoas que chegavam pela manhã aos seus ditos casebres e à tardinha se retiravam para suas verdadeiras residências, apenas marcando espaço ali para praticar o crime de especulação.

Para nossa surpresa, este procedimento, o comportamento de invadir terras públicas lá em Conquista, se intensificou a partir de janeiro último, o que me parece algo induzido por quem tem interesse em denegrir a imagem de um prefeito que tem somente 2,5 meses de mandato. Provavelmente são aqueles que não conseguiram

resolver o problema habitacional daquela grande cidade, Vitória da Conquista, e estão a exigir agora que um governante que tem apenas 2,5 meses já o tenha resolvido.

Mas o prefeito Herzem, com a sua sensibilidade e o seu espírito democrático de quem inclusive sabe tratar aqueles mais necessitados, tratou de retirar apenas quem estava ocupando os casebres durante o dia, aquelas casas que foram construídas mesmo em locais não permitidos pela lei. Ele tem colocado sua equipe municipal e a da área social para tratar com aquelas famílias pra que sejam definitivamente retiradas daquele local, proibido por lei de ser ocupado, sobretudo e principalmente para habitação.

Portanto, quero parabenizar o prefeito Herzem Gusmão pela sensibilidade que teve em conduzir aquilo que foi provocado por quem tem interesse em denegrir a imagem de um governante de apenas 2,5 meses de mandato. Não tenho a menor dúvida, caro presidente, de que o prefeito conquistense será um exemplo de gestão municipal para a Bahia nestes próximos 4 anos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quero informar a visita dos estudantes da Escola Municipal Cônsul Schindler, bairro de São Caetano.

Com a palavra o nobre Líder do Bloco PSDB, deputado Adolfo Viana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa presente, aproveito também para dar boas-vindas aos estudantes que nos acompanham das nossas Galerias.

Srs. Deputados, na última semana fomos surpreendidos pela Operação Carne Fraca, da Polícia Federal, que de alguma maneira mancha a reputação do nosso País. É óbvio que nós, que somos um dos maiores produtores de carne do mundo, devemos, deputados Robinho e Gika, produtores de carne, apoiar as investigações. É importante que façamos isso.

Ao mesmo tempo que devemos apoiar essas investigações, devemos também aprimorar a nossa vigilância com relação a esses produtos. Agora, deputado Gika, V.Ex^a que é um grande pecuarista no nosso Estado, é importante também reconhecer a força do agronegócio no nosso País; na verdade, é o setor que tem sustentado este País. Ora, temos quase 5 mil frigoríficos no Brasil, e somente 21 estão sendo investigados e apenas três estão sendo condenados.

É a prova de que a maioria dos nossos frigoríficos trabalha de maneira correta e que a nossa carne é motivo, sim, de orgulho para nós brasileiros e baianos. Nós que viajamos pelo interior do Estado observamos a todo momento, grandes fazendeiros e pequenos produtores, cada um cuidando do seu rebanho, gerando emprego e renda para o nosso Estado, para o nosso País.

É o momento de sermos solidários com essa turma que produz a proteína vermelha no Brasil. Justamente, deputado Rosemberg Pinto, porque nosso País, hoje, só se encontra de pé porque temos um agronegócio forte, que garante recursos para que possamos enfrentar este momento difícil de crise econômica em que o Partido dos Trabalhadores nos colocou.

É por esse motivo que venho a esta tribuna dizer que não temos motivos para nos envergonhar. Temos, sim, motivos para nos orgulhar do nosso agronegócio. As investigações precisam acontecer, e se existe meia dúzia de errados, que eles paguem o preço do equívoco que cometeram. Mas nós não podemos julgar e condenar todo um País, que se aprimorou, que investiu e que hoje é uma referência mundial em produção de carne. Muito pelo contrário, nós temos, sim, de dizer que nos orgulhamos deste País nesse segmento do agronegócio.

Aqui na Bahia eu poderia citar diversas cidades, mas, como estou neste momento falando da produção de carne bovina, vou citar Itamaraju, município que hoje é uma referência na criação. Assim como Itamaraju, existem tantas outras cidades no nosso Estado e no nosso País. Chegou a hora de nós todos fazermos um reconhecimento e darmos apoio total e irrestrito a esse setor, que tem garantido que o nosso País possa continuar caminhando, principalmente neste momento de profunda crise econômica.

Eu me despeço desta tribuna convidando os colegas parlamentares a darmos aqui, juntos, um apoio coletivo a todo setor do agronegócio, a todos os produtores de carne. E concluo dizendo mais uma vez que temos quase 5 mil frigoríficos, e apenas 21 estão sendo investigados e somente três foram condenados.

Portanto, viva o agronegócio do Brasil, viva quem produz a proteína vermelha no nosso Estado e no nosso País! Motivo de orgulho para todos os brasileiros.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Alan Sanches por até 5 minutos. (Pausa) Na sua ausência, com a palavra o deputado Carlos Geilson por até 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, estudantes que nos visitam, é muito bom ver esta Casa com essas crianças, que acreditamos ser o futuro do nosso Estado e da nossa nação. Elaboramos um documento em formato de carta para o governador do Estado, tratando de um problema que aflige a sociedade feirense, o sumiço de uma garotinha. Hoje já estamos há dois meses sem notícia ou informação.

(Lê) “Senhor Governador,

Há dois meses, uma mãe em Feira de Santana, a minha cidade, chora todos os dias e não sabe mais o que é um momento de alegria ou de paz verdadeira. Ela é a

mãe de Gabrielly Gomes Santana, a menina de sete anos que desapareceu na manhã do dia 21 de janeiro passado, quando brincava na porta de casa e nunca mais foi vista.

A dor da babá Geisa Gomes, de 30 anos, mãe de Gabrielly, é compartilhada pela avó, com quem a menina vivia, juntamente com a mãe e o padrasto, no condomínio Solar da Princesa, no bairro Gabriela.

A mãe, a avó, o pai e o padrasto da pequena Gabrielly dividem a mesma dor e a eles se juntam parentes, amigos da família, vizinhos... Enfim, a comunidade feirense, ainda chocada e estarecida com o fato...”

Sr. Governador da Bahia, Rui Costa; Sr. Secretário da Segurança Pública, Maurício Barbosa, “(...) Sabemos, Senhor Governador, que as autoridades policiais estão, empenhadas em solucionar o caso e, sobretudo, em encontrar a pequena Gabrielly e devolvê-la ao convívio com seus familiares, como é o desejo de todos nós.

Mesmo assim, peço licença para lhe fazer chegar um pedido – que é não apenas desse deputado, mas de toda uma comunidade – para que os trabalhos de investigação continuem e que o caso não caia no esquecimento. É que, mesmo com as lágrimas de todo dia, continua fortalecida em todos nós a esperança de que Gabrielly será encontrada e devolvida a sua família.”

Já são dois meses, no dia de hoje, sem notícias. Sabemos que a Polícia trabalha nesse caso. Mas é necessário que haja uma intensificação, que a Secretaria da Segurança Pública abrace essa causa e que não fique no rol das causas insolúveis. Esse enigma tem que ser desvendado.

Hoje mesmo, entrevistamos o pai da menor. Ele recebeu informação de um caminhoneiro dizendo que viu uma criança com essas características no Estado do Piauí e que também já recebeu ligações desse Estado. A Polícia não tem divulgado informações e até acreditamos que faça parte de um trabalho para não prejudicar as investigações. Mas essas investigações não podem diminuir, a Polícia não pode se contentar com a dificuldade, tem que lutar para vencer os obstáculos, é isso que peço hoje, subindo a esta tribuna.

Peço ao secretário de Segurança Pública, ao governador da Bahia, ao Líder do governo, deputado Zé Neto, feirense, que também estejam cobrando uma solução e que a polícia, em nenhum momento, se descuide desse caso. Se a polícia trabalha, hoje, 12 horas por dia, que trabalhe 24 horas por dia, mas esse caso precisa ser solucionado. Feira de Santana cobra o que, de fato, aconteceu com Gabrielly, no dia 21 de janeiro passado, e até hoje não se tem nenhuma informação concreta e palpável do sumiço dessa criança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o nobre deputado Targino Machado pelo tempo até de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*, dizem que todos os gatos no escuro são pardos. E é justamente através da escuridão de um sistema de lista fechada que querem enganar o eleitor. O sistema eleitoral vigente é o sistema proporcional, onde o eleitor vota no candidato que escolhe. E que, por isso, tem o direito de examinar a sua vida pregressa, a sua atuação, votar no desfile das suas ideias, no desfile dos seus ideais, votar no seu histórico. Esse é o sistema eleitoral proporcional onde você, eleitor, vota no candidato e o voto vai para o partido.

Em discussão na Câmara Federal temos dois sistemas eleitorais. A opção que a bandidagem está excitada, com os cabelos, os pelos eriçados para aprovar, que tem ganhado força na Câmara Federal, é o sistema da lista fechada onde o eleitor não vota em um candidato, onde o eleitor não vai para a seção eleitoral após examinar e escolher o candidato para votar nele, no número dele. O eleitor vai votar no partido onde aquele candidato está. Mas vai enganado, porque o partido escolhe uma lista de nomes dos candidatos que, conforme a vontade das direções partidárias, receberão uma ordem na lista. Essa ordem na lista terá o candidato número 1 do partido A, o candidato número 2 do partido A, o candidato número 3... essas vagas poderão ser até vendidas. A primeira vai custar um milhão, dois milhões e, infelizmente, vai virar um mercado persa, esse sistema promoverá isso na política brasileira. V.Ex^a dá risada, deputado Rosemberg Pinto, talvez esteja alegre e torcendo para que isso aconteça, porque V.Ex^a deve estar disputando uma vaga na cabeça do seu partido, a primeira vaga. E os outros? Ou o eleitor quer votar... você vota no coelho e elege uma lebre. Para não ser redundante, ou você vai à urna, à seção eleitoral para votar num gato e elege um rato.

E já não bastam os ratos que temos na Câmara Federal? Já não bastam os ratos que temos na política? Esses ratos... o povo ainda pode imaginar que bons e ruins têm em todo o canto, que em toda cesta de maçã tem as maçãs podres e as maçãs boas. O eleitor ainda pode escolher as maçãs boas para votar. Mas nesse sistema de lista fechada, imaginem, por exemplo, o PMDB do Rio de Janeiro, a lista já está fechada, Eduardo Cunha, Rodrigo Maia e até Moreira Franco, sem voto, vai querer ser candidato porque ele pode ser candidato e será eleito nessa lista fechada, que é uma imoralidade. Agora, dessa classe política, dessa Câmara Federal, Sr. Presidente, vamos esperar o quê? Uma desgraça dessa, porque a Câmara Federal é uma desgraça! Se gritar pega ladrão, não fica um, meu irmão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado da Linha Verde, Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa presente, ouvi aqui atentamente o belíssimo pronunciamento do deputado Adolfo Viana, que de maneira firme, clara, destacou a importância do agronegócio para o nosso País. São os maiores geradores de emprego, são aqueles que ainda permitem, deputado Adolfo Viana, que a grave crise que assola o nosso País tenha um pouco de alívio e mostre a força do campo para a nossa economia, para o nosso País.

Quero chamar a atenção, deputado Adolfo Viana, para contribuir com o pronunciamento de V.Ex^a, o que assistimos nessa última operação, é muito daquilo que, por diversas vezes, chamamos a atenção daqui do Plenário da Assembleia. É evidente a importância que a justiça brasileira, que a Polícia Federal, que o Ministério Público, enfim, que todos os órgãos de justiça cumpram a relação com o nosso País. Defendemos aqui, deputado Adolfo Viana, que não se pode criminalizar toda uma cadeia produtiva e colocar todo mundo numa vala comum. O que aconteceu... não estou aqui fazendo, deputado Sandro Régis, nenhum juízo de valor, até por não conhecer os detalhes da operação da Polícia Federal, Deputado Zé Raimundo, nós não podemos colar a carne brasileira, da noite para o dia, como a grande vilã. De repente, a carne brasileira passou a ser de péssima qualidade, o que gerou a reação negativa pela grande maioria dos países para onde exportamos esse produto, deputado Robinho.

Eu chamo a atenção, deputado Sandro Régis, para um erro cometido também aqui na Bahia. Sob o pretexto da vigilância sanitária, boa conservação e adequação da matança do gado baiano, deputado Fábio Souto, fecharam-se todos os matadouros municipais em detrimento dos grandes grupos empresariais que, hoje, dominam o mercado no nosso Estado.

E, agora, deputado Adolfo Viana, cabe uma pergunta. Será que o caminho não seria permitir, junto aos municípios, a solução para este problema através da construção de matadouros municipais em vez de, simplesmente, fechá-los? Vejam, hoje, os grandes frigoríficos dominam e concentram os mercados de carne em nosso Estado.

Mas eu queria parabenizar, mais uma vez, o deputado Adolfo Viana.

Evidentemente, ninguém quer ilegalidade. Nem mesmo um dos 63 deputados subiria a esta tribuna para dizer que determinado produto seja vendido no mercado interno, ou seja, exportado para o exterior de maneira inadequada.

Mas não se pode fazer este espetáculo midiático para condenar toda a cadeia produtiva da carne e criminalizar uma atividade tão importante para o nosso País sem separar, deputado Robinho, o joio do trigo.

Sr. Presidente, era isso o que eu queria deixar como mensagem na tarde de hoje para esta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos. (Pausa) Na ausência, com a palavra o deputado Roberto Carlos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente e deputado Alex Lima...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Corrigindo, V.Ex^a, deputado Roberto Carlos, tem a palavra durante 2 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Dois minutos? Por que, para mim, só dois minutos?

Mas quero registrar, aqui, Sr. Presidente, enquanto presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural, o meu agradecimento a todos os deputados componentes da referida comissão pelos trabalhos realizados, enquanto o deputado que vos fala era presidente. Foi um trabalho com temas importantes discutidos naquela comissão. Dentre os temas abordados, eu quero, inclusive, enaltecer um deles e o mesmo se trata da criação do Programa Cabra Produtiva, Rota do Leite. Esse programa dignifica o homem produtor, o homem do Sertão.

Sr. Presidente, foram muitas as perguntas e foram muitos os questionamentos por parte de muitas pessoas do interior, principalmente da região do Semiárido, quando eu as visitava. E, de repente, aquele interior, no Semiárido, hoje, inclusive, passa por um momento muito delicado por falta de chuvas. Esse homem Sertão e essa mulher do Sertão me questionavam: “Deputado Roberto Carlos, como um deputado de quarto mandato na Assembleia Legislativa, V.Ex^a fez algum projeto para beneficiar a nós aqui do interior?”

Bem, depois de uma reflexão feita por mim, entendi o posicionamento daquelas pessoas que me questionavam, Sr. Presidente. E, junto à Secretaria da Agricultura e ao ex-diretor Fábio Cedraz, elaboramos esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Já terminando, Sr. Presidente.

De pronto, o secretário Vitor Bonfim abraçou a causa e o governador Rui Costa abraçou-a também. E, hoje, o resultado é uma realidade com o Programa Cabra Produtiva, Rota do Leite que já está em execução. Em Juazeiro, houve o lançamento e, depois, o projeto foi alcançado pelas cidades de Senhor do Bonfim, Uauá, etc, e terminou, aqui, na cidade de Salvador.

Posteriormente, Sr. Presidente, darei mais informações sobre este projeto.

Muito obrigado!

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, imprensa, os que nos assistem pela *TV Assembleia* nos gabinetes e em toda a Bahia, senhoras e senhores presentes nas Galerias, quero, nesta intervenção, trazer alguns temas e fazer alguns registros e considerações sobre o atual momento político vivido na Bahia, no Brasil, na região, enfim, com o intuito de contribuir para o debate que esta Casa vem fazendo diariamente.

Inicialmente, gostaria de parabenizar, mais uma vez, o secretário da Fazenda, Dr. Manoel Vitório, que compareceu, hoje, à audiência regimental desta Casa para fazer um balanço do terceiro quadrimestre do ano passado, portanto, fechando o Orçamento.

Como sempre, foi uma reunião técnica na comissão. Houve as presenças do Dr. Manoel Vitório e de toda a sua equipe, dos deputados da referida comissão, além de outros deputados como os das Lideranças da Oposição e da Situação.

Tivemos a oportunidade de ver o quadro geral do ano passado. E, ali, ficaram demonstrados a preocupação e o zelo do governador Rui Costa, e o cuidado da Secretaria da Fazenda com as finanças do nosso governo, pois, mesmo com uma profunda crise abatida sobre o País e sobre o mundo desde 2008-09 e, no Brasil, a partir de 2009-10 e, aqui na Bahia, esta crise, também, teve os seus efeitos nefastos nas finanças públicas e nas ações do governo.

Mas, mesmo assim, é muito importante a Bahia saber que o governador Rui Costa, em função de uma série de medidas de gestão para o controle das finanças públicas, conseguiu terminar o ano passado com uma gestão financeira e administrativa reconhecidamente competente e capaz de manter a Bahia na linha dos investimentos. Mesmo com a perda de arrecadação, a Bahia foi o Estado da Federação que mais investiu em infraestrutura e em obras; como o primeiro lugar no Brasil em termos relativos; em termos absolutos, o segundo Estado que mais investiu.

Ora, isso demonstra que o governador Rui Costa está, cada vez mais, lastreado para continuar construindo uma Bahia mais desenvolvida, mais justa, mais fraterna, mais igualitária.

Quando olhamos as ações do governo, elas começam aqui em Salvador com a grande obra de mobilidade urbana do metrô, incluindo, também, a obra de proteção de morros. Esta última tem o objetivo de prevenir acidentes que, muitas vezes, ceifam

vidas com a chegada das chuvas ao final de março e início de abril. O intuito é de não levar a população mais simples e mais pobre ao desespero como, historicamente, tem acontecido.

Não há um município do interior, mesmo com as atuais dificuldades, que não tenha recebido investimento do governador Rui Costa e outros tantos investimentos em processo de programação e planejamento.

Estamos demandando o andamento de várias estradas. Há a BA Nova Canaã a Poções que já está em programação. Há a BA de Potiraguá à BR-101 que o governador já está programando.

Tudo isso ocorre graças à capacidade que a Bahia tem de conseguir recursos e empréstimos. Este é o Estado com a maior capacidade de endividamento depois, salvo engano, de Santa Catarina. Este, também, é o Estado com mais investimentos depois de São Paulo. Os investimentos ocorrem em toda a Bahia na área social, na área de infraestrutura e na área de proteção à vida das pessoas.

Talvez seja por isso que setores da Oposição comecem a ficar nervosos. Em Salvador, a população já identifica o metrô com a genética de Rui Costa. Claro, aparecerão muitos outros pais. Não sei se aparecerão mães. Porém, pais, com certeza, já estão, há muito, se apresentando.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- V.Ex^a está inscrito, nobre deputado.

Graças ao exame de DNA, melhor, graças a essa modernidade tecnológica, vamos aferir, efetivamente, quem é o verdadeiro pai dessa obra. Nesse caso, quem vai aferir é a opinião pública. Essa, sim, é o DNA da vida política. Segundo os dados e os exames preliminares desse DNA, dizem que o pai do metrô é, de fato, o governador Rui Costa. Claro, há Lula como padrinho e Dilma como madrinha. E nós, da Assembleia Legislativa, somos os primos e parentes dessa obra, pois aprovamos os investimentos e as parcerias que o governador Rui Costa mandou para esta Casa.

Nesse particular, honestamente, devemos reconhecer o papel da Oposição que, às vezes, criticou mas não se negou a votar a favor de muitos projetos de empréstimo. Não é mesmo, deputado Zé Neto? Mesmo porque, muitos empréstimos não são somente para Salvador mas também são para municípios como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Alagoinhas, Juazeiro, ou seja, para as cidades médias e, sobretudo, para as áreas de infraestrutura e saneamento.

Por isso, o governador Rui Costa marcha com a sua capacidade de trabalho e de organização de planejamento ao construir uma Bahia, efetivamente, mais justa. É o governador Rui Costa a seguir os caminhos do ex-governador Jaques Wagner, pois este último ficará, para a história de Salvador, como um dos melhores governadores por causa de suas grandes obras.

Claro, há de se lembrar que, durante as décadas de 1970-80, período da ditadura militar, houve importantes intervenções nesta cidade com a construção das

avenidas nos vales e o Centro Administrativo que teve o estudo e a assessoria dos grandes urbanistas brasileiros.

Mas, de fato, será Rui Costa quem se consagrará como o governador da metade do século XXI na Bahia, porque, depois dessas obras, Salvador estará preparada para crescer nos próximos 20, 30, 40 anos.

Tudo isso sem falar da Ponte Salvador-Itaparica que está em processo de elaboração também e será objeto de análise amanhã na Comissão da Fiol, presidida pela deputada Ivana Bastos. Nós nos reuniremos com o vice-governador João Leão para um balanço das presenças dos dois grupos chineses, na verdade, grupos estatais. Esse se trata de um grupo só, porque a China é um misto de estado socialista com o mercado comendo à solta. Um caso atípico. Aliás, na história da civilização o Oriente é sempre um enigma: o famoso modo de produção asiático que mistura vida coletiva com o poder do Estado; às vezes, até com despotismo. Então, amanhã debateremos isso.

E mesmo sem essa obra, já, já Rui Costa estará raquenado como um dos grandes governadores da Bahia. E ficou muito claro nessa reunião o empenho, o cuidado do governador, através do seu secretário, com os investimentos.

É claro que, legitimamente, a Oposição fez alguns questionamentos. Todos foram respondidos tecnicamente, em termos gerenciais, em termos fiscais, pelo secretário Manoel Vitorio. E essa história das DEA não tem nenhuma razão de ser. Com todo o respeito ao nobre deputado Hildécio Meireles, que é um parlamentar preparado, devemos dizer-lhe que as DEA estão previstas em toda legislação. Está aqui o decreto nº 62.115, de 15 de janeiro de 1968, que disciplina a legislação das Despesas de Exercícios Anteriores. Existe a sua forma mais conhecida, que são os Restos a Pagar, mas há também as DEA.

Inclusive, o governador Paulo Souto deixou 2,5 do Orçamento em DEA. Os Tribunais de Contas, TCE e TCM, todos os órgãos independentes e autônomos, inclusive o Ministério Público, que fiscaliza, têm lá as DEA, que são despesas de última hora, chegadas no alvorecer do Orçamento, quando não há mais tempo. Então isso é passado para o Orçamento seguinte; esses serviços são reconhecidos e pagos nos exercícios seguintes.

Ou seja, não há nada de mais. É legítima a preocupação da Oposição no sentido de fiscalizar os atos do governo, mas não há nada de ilegal, não há nada de suspeito, não há nada de improcedente. Pelo contrário, mostra que o governador Rui Costa e o seu secretário têm cuidado da gestão pública. Está de parabéns o secretário, pois está cumprindo todos os índices da Saúde, da Educação, enfim, todos os índices constitucionais. Por tudo isso, tenho certeza de que não haverá nenhum problema com as contas do ano passado.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de trazer um breve comentário também sobre a fala do nosso deputado Hildécio Meireles, que fez aqui alusão a um episódio ocorrido em Vitória da Conquista. Acho até que esses temas locais não devem ser matéria

constante aqui na Assembleia, porque nós deputados cuidamos da Bahia. Mas, em se tratando de uma cidade importante como Vitória da Conquista e da forma como a Oposição ganhou as eleições lá, prometendo muito, quero dizer que a atitude do prefeito do PMDB daquela cidade, no último sábado, dia 18, foi um ato violento. Ele mandou, na madrugada, as máquinas e destruiu 110 pequenas habitações provisórias que ali estavam num processo de ocupação.

E para nossa surpresa, em quatro entrevistas dadas hoje, o prefeito... Na verdade, ele não sabe se é radialista ou deputado, porque nunca vi um prefeito que tem um programa de rádio dele; sai do gabinete da Prefeitura, entra no estúdio e dana a falar todos os detalhes da administração. Mas parece que agora ele começou a se incomodar e, por isso, adotou outra sistemática e saiu, hoje, dando entrevista em quatro emissoras de rádio. Pois bem, ele teria feito dito, segundo os *blogs* – isso foi agora, às 11h –, que essa ocupação teria sido estimulada por deputados. Aí eu gostaria que ele nomeasse.

O nobre deputado Marcelino Galo, que já fez o pronunciamento pela Comissão de Direitos Humanos, estará presente lá, vai conversar com as lideranças para saber dessa agressão, dessa violência.

Ora, sem nenhum tipo de autoelogio, posso dizer: se existe um governo, se existe um partido que conhece o tema habitação popular – no Brasil, na Bahia e em Vitória da Conquista –, é o nosso, com o respeito a todos os outros gestores. E eu disse numa entrevista que era simples resolver esse problema, na medida em que temos mais de 2 mil lotes da Prefeitura Municipal, disponíveis.

Se alguém duvidar, pode consultar o prefeito. Ele vai ver no cadastro que no Vila América, deputada Maria del Carmen – que lá esteve várias vezes, inclusive com o ministro Olívio Dutra, inaugurando obras; a companheira Fátima Nunes e outros deputados também estiveram lá –, foram disponibilizados 6 mil lotes que a nossa gestão adquiriu, e ainda há lotes sobrando.

Em outros bairros também conseguimos lotes da Prefeitura para fazer os assentamentos. E isso antes mesmo do Minha Casa, Minha Vida. E agora, já com os desse programa, são 8 mil unidades habitacionais para famílias de 0 a 3 salários mínimos. Ora, a gestão do PT, que acabamos de encerrar, teria condição de mandar alguém fazer ocupação, deputada Maria del Carmen? Não. É só cadastrar as 100 famílias. Se houver alguns aventureiros – infelizmente, o ser humano é imprevisível –, que se apure no cadastro e se separe. E depois se cadastre as famílias e elas sejam incluídas nos programas da Prefeitura e, simultaneamente, no Minha Casa, Minha Vida.

Por isso, estamos à vontade para fazer esse debate em nossa cidade de Vitória da Conquista. É o mesmo gestor que dizia aqui que Conquista não prestava, que era uma cidade ruim. Isso está nos Anais desta Casa. Entretanto Vitória da Conquista foi eleita agora, pela *revista Exame*, a melhor cidade da Bahia para se viver, para se morar, ao lado de Salvador, Camaçari e Feira de Santana. Está entre as melhores.

Desde 2008, Vitória da Conquista...

O Sr. Zé Neto:- Feira de Santana perdeu 50 posições em 2 anos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Pois é.

Esse mesmo gestor que falava mal da cidade 24 horas por dia, agora está lá sob o efeito bumerangue. Faz, desfaz; diz uma coisa hoje, desmente amanhã. Toma uma medida hoje, modifica amanhã. E vem com essa pérola dizendo que as ocupações estão sendo estimuladas por deputados. Não da minha parte nem da de Waldenor. E acreditamos que Fabrício também não, porque foi deputado da nossa base lá, ajudou a construir nossa administração. E no próprio Vila América foi responsável por mais de 100 unidades habitacionais, prezada deputada Maria del Carmen, naquele projeto em parceria com as entidades.

Deixo um recado para o prefeito de Conquista: vá trabalhar, vá observar, vá ouvir a população e deixe de disse me disse. Aqui vou defender os interesses de Conquista. E lá todo mundo me conhece, não sou de falar mal de ninguém; sou de trabalhar. E na hora que ele precisar do governo do Estado, este vai colaborar com ele também.

Concedo um aparte ao deputado Joseildo Ramos. Em seguida, concederei à deputada Maria del Carmen.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Zé Raimundo, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz nesta tarde.

Vou apenas tocar num ponto. Assisti hoje, no evento com o secretário da Fazenda, alguns deputados da Oposição trazendo para uma zona de confronto, atitude que considero legítima, a questão do financiamento do metrô de Salvador. Diziam eles: “Olha, o dinheiro do metrô é do governo federal”. Ora, isso não é novidade. É do governo federal, mas foi trabalhado pelo governo do Estado desde 2012, 2013. Porque, antes, foram 14 anos dessa brincadeira na Bahia, que muita gente chamava de ferrorama. Gastaram R\$1 bilhão, e o Ministério Público Estadual está atrás de algumas figuras que são da Bahia e que estão no ministério desse presidente golpista.

O ferrorama, depois dessa parceria celebrada com a CCR, é a obra-prima de todas as obras metropolitanas deste País. Vai ser entregue no prazo e fará um capítulo diferenciado da mobilidade urbana em nossa capital.

Mas não é só isso. O governador Rui Costa está se notabilizando não só pela velocidade das obras, pelo olhar, mas, acima de tudo, por abrir Salvador, que tem topografia e situação geográfica diferenciadas, perante todas as outras capitais. Vai ser a capital da mobilidade urbana diante dos investimentos em mobilidade que estão sendo feitos.

Então, aquilo que era um ferrorama, um metrô calça curta, aquilo que causava constrangimento ao baiano, hoje, sem sombra de dúvida, é uma obra que salta aos olhos e nos dá muito orgulho.

Parabéns ao governador, e parabéns a V.Ex^a, que está dando notas a essas questões que são muito caras para todos nós, baianos.

Para concluir, quero dizer que é a mesma coisa de Michel Temer. Ele foi à Paraíba, a Monteiro, no Cairi paraibano, inaugurar uma obra que foi iniciada pelo ex-presidente Lula. Uma inauguração, deputado Zé Raimundo, em que ele fez um jiqui e se acumpliciou com pouca gente, e deixou o povão lá fora, dando vaia nele.

Lula e Dilma estiveram lá, agora, e nunca se viu tanta gente livre dentro dos canais, com a maior alegria do mundo, festejando Lula e Dilma, porque não precisa de pai da criança, era o povo que queria aquela obra.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Eu agradeço pela intervenção ao nobre deputado e a incorporo ao meu discurso. Quero também lembrar do VLT, que vem aí.

Concedo o aparte à nobre deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmen:- Eu quero parabenizar o nobre deputado pelo pronunciamento que faz nesta tarde, o que não é uma exceção, porque cada vez que V.Ex^a ocupa essa tribuna todos ficamos a ouvi-lo, pela profundidade das suas observações, por seus pronunciamentos, pelo conteúdo do seu pronunciamento.

E nesta tarde fala de 2 importantes temas. Primeiro, a qualidade, a importância e a dimensão dessa obra, que altera, completamente, toda a mobilidade da cidade do Salvador. Eu estava chegando quando V.Ex^a dizia que é a maior obra deste primeiro meio século do século XXI em Salvador.

É importante considerar que eles levaram 13 anos – V.Ex^a já disse, mas vou repetir, reafirmar: 13 anos – e não conseguiram sequer concluir os 6 quilômetros iniciais, o que envergonhava a todos nós, soteropolitanos, a nós, baianos. E era chamado de metrô calça curta porque não tinha qualquer funcionalidade. Mesmo assim, aquilo que eles disseram que estava pronto, quando foi verificado pelos técnicos do ministério e da CBTU, constatou-se que era impossível de ser atendido, uma vez que não preenchia aos diversos requisitos necessários para que a obra fosse aceita e pudesse entrar em funcionamento.

Com relação a Vitória da Conquista, queria lembrar que essa ocupação de que V. Ex^a fala, quem fez as intervenções lá, quem trabalhou a questão das ocupações, quem trabalhou com a proposta de ofertar à população lotes urbanizados, novas unidades habitacionais, não promoveria nunca uma ocupação de forma desordenada. Mesmo se considerando a existência dessa ocupação, a retirada dessas famílias nunca poderia ser realizada desse jeito e dessa forma violenta. Essa não é a forma de tratar dessas questões mesmo que em Vitória da Conquista houvesse necessidade de ter ocupações, como temos em outros municípios, em outros pontos dessa cidade, inclusive de Salvador. Porque a tônica com quem tem sido tratado no nosso governo, do governador Rui Costa e do governador Jaques Wagner inicialmente, é do diálogo, do debate, da discussão, é da busca da solução para esse problema, porque essas famílias que, muitas vezes, ocupam determinadas áreas, que não é o caso de Vitória da Conquista, elas ocupam porque não têm onde viver; não têm onde morar, e,

portanto, vão ocupar, porque, infelizmente, a política fundiária não atende aos interesses.

Era isso que eu queria dizer a V.Ex^a, parabenizá-lo e dizer que é fruto da disputa política lá no município, acho que alguém ainda não está satisfeito.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Muito obrigado, deputada.

Nobre deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Nobre deputado Zé Raimundo, quero parabenizar V.Ex^a pelo brilhante pronunciamento que acaba de proferir e dizer o seguinte: geralmente se culpa o aliado porque não conseguiu carrear os recursos e não reconhece o mérito quando consegue.

Na realidade, o mérito é sempre de quem o executa, seja presidente de associação, o prefeito, o governador ou o presidente da República. Ninguém faz obra com recurso dele próprio, todos só fazem com o dinheiro público, seja de qualquer esfera. Então, o mérito é para quem executa.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de agradecer as intervenções e incorporá-las aos anais desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PP/PSB/PTN para falar ou indicar o orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Robinho:- Sr. Presidente, utilizarei 6 minutos e darei 6 minutos para o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Robinho, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Boa-tarde a todos e todas; boa tarde, meu presidente, jovem presidente; imprensa aqui presente; todos que estão aqui no Plenário, o dia 25 de março é o Dia Nacional do Oficial de Justiça.

No dia 25 de março será comemorado o Dia Nacional do Oficial de Justiça, por força da Lei Federal nº 13.157, que foi aprovada em agosto de 2015.

Por que o dia 25 de março? A Constituição brasileira de 1824 foi promulgada no dia 25 de março e nela o oficial de Justiça era referenciado com os juízes, dado o grau de relevância que têm esses profissionais.

Então, naquela época, na Constituição de 1824, o oficial tinha uma expressão de respeito equiparada a um juiz. Os tempos se passaram e hoje vivemos uma outra situação. Por isso a homenagem ao oficial de justiça nesta data do dia 25 de março.

Jesus Cristo, em suas passagens bíblicas, mencionou várias vezes atos de oficiais de justiça. No Livro de Mateus, por exemplo, atos de oficiais de justiça são citados como no Sermão da Montanha.

No Antigo Testamento, há notícias de que o rei Davi nomeara mais de 6000 oficiais de justiça. Então, a profissão de oficial de justiça existe desde os tempos bíblicos, quer dizer, é uma profissão milenar. Mas em que situação vive o oficial de justiça hoje? O oficial de justiça, hoje, é a única categoria de servidor público que, mesmo representando o Estado na rua, não conta com um veículo de serviço – oficial de justiça trabalha sem um veículo – nem com condições de segurança.

Quer queira ou não, o oficial de justiça é incumbido de fazer cumprir as ordens dos magistrados, e não importa se é em área nobre ou favela, se nos grandes centros ou na roça, se de dia ou de noite.

Então, ele não tem horário para trabalho e tem que ir em todo lugar que o magistrado o manda notificar. O oficial de justiça é quem tem que ir lá levando a presença do Estado, mesmo tendo entre suas obrigações fazer pessoalmente prisões, busca e apreensões de bens e menores, conduta coercitiva, inclusive em área criminal.

Acreditem, senhores, o risco da atividade não é apenas dessas diligências. Então, é uma profissão de risco a do oficial de justiça. O risco maior é do dia a dia: ter que ir às casas das pessoas, em qualquer hora, sozinho, sem ter nenhum conhecimento sobre aquela pessoa, sobre aquele local e encontrar pessoas com seu estado emocional abalado, pessoas de bem, mas que estão em um momento de desequilíbrio ou de descontrole.

Então, é com isso que o oficial de justiça se depara no seu dia a dia. Ele executa uma atividade de risco e por isso as entidades de classe da categoria buscam direitos. Por exemplo, ele trabalha sem o uso de arma, enquanto que o magistrado que dá a ordem tem direito ao porte, mas ele, que cumpre a ordem do Judiciário, não pode usá-la. Daí se vê as dificuldades que essa categoria vive para cumprir as suas obrigações.

Discute-se tanto a morosidade da Justiça, mas como resolver se o servidor responsável por impulsionar as suas demandas não conta com uma estrutura mínima de apoio e segurança do Estado?

Conclusão: precisamos regulamentar os direitos do oficial de justiça. É o desejo desses profissionais. A lei nº 12.373 de 23 de dezembro de 2011 precisa ser regulamentada.

Colegas, quero parabenizar o Dia do Oficial de Justiça, e que essa atividade tão importante possa ter o apoio da Justiça e de todos nós brasileiros.

Muito obrigado e um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a Bíblia diz no Salmo 91: “Mil cairão ao nosso lado e dez mil à nossa direita, mas nós não seremos atingidos.” Todavia, venho chamar a atenção do presidente Temer que, primeiro, com um decreto, desrespeita parlamentos estaduais no Brasil inteiro e nos municípios brasileiros que se puseram contra a questão de tentar deixar que o menino ou a menina seja enganado, a de querer dizer a um menino que biologicamente nasce com um “pintinho”, o penisinho pendurado, que pode ficar tranquilo, pois ele pode ser mulher, e também a uma menina que nasce igualmente com a sua vagina biologicamente assim adequada pela Medicina que ela pode ficar tranquila, pois na hora em que quiser poderá ser homem, isso é uma marginalidade desse presidente! É trazer para o debate algo que só aqui na Bahia foi derrotado por 54 deputados, homens e mulheres que deram crédito não só à questão religiosa! Hoje neste Estado e no Brasil católicos e evangélicos, o povo da matriz africana e até ateus não aceitam essa excrescência, porque uma minoria pode estar sem entender, ficar em dúvida de alguma coisa quando se quer generalizar levando pra dentro do colégio as aulas de sexo para crianças de 6, 7 anos. E esse presidente, num ato irresponsável, assina um decreto desconhecendo, desrespeitando todos os Parlamentos que já haviam se pronunciado contra isso.

A ideologia de gênero chegou a ser condenada por grupos internacionais como a Faculdade Americana de Pediatria. E outras faculdades dessa área no mundo inteiro se posicionaram contra isso e pediram aos organizadores e educadores que rejeitassem todas essas políticas equivocadas. As crianças aceitam os conceitos transgênero e de transexualidade como normais. Só que essa é uma minoria. Mas com certeza, levando para o setor certo da Psicologia, pai e mãe conversando com seus filhos e mostrando o que é a realidade, em 88% desses casos as crianças aceitam o sexo que veem entre as pernas. Aceitam o sexo divino, como ele nasceu.

E aí querem impor outras ideias a até mais de 88% dessas crianças normais! Normais porque a própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil no seu último encontro definiu que o homossexualismo inclusive adocece a nossa geração, que esta pode ficar adoecida com essa questão.

Não temos nenhum preconceito, respeitamos todas as identidades, aquele ou aquela. E também aquele que quer ser aquela ou aquela que quer ser aquele. Tudo é respeitado. É a nossa obrigação, mas não podemos fazer disso regra querendo invadir as escolas com tal coisa errada que prejudica grandemente o nosso povo.

Em assembleia no Conselho Episcopal, o Papa Francisco posicionou-se contra, fazendo inclusive um documento dizendo que, por ser um rompimento com a natureza biológica humana e sob pena de pôr toda a sociedade num caminho doentio, se pôs contrário a essa questão. Isso, repito, por estarmos sob pena de colocarmos toda uma sociedade em um caminho doentio. Foi dito pelo Papa.

Portanto, peço ao presidente Temer que, quando estiver dormindo, aproveite a primeira-dama muito bonita nos afagos e retire isso, que é crime contra a humanidade.

Do outro lado, estou aqui para denunciar mais uma vez o abuso do governo federal permitindo que a Petrobras coloque mais 10% no preço do gás de cozinha, uma coisa básica. Faz parte da cesta básica e não pode, portanto, ser esse produto taxado em mais 10%! Isso é um roubo, uma máfia, um desrespeito às donas de casa, aos pais de família! E sei que a Imprensa até já entendeu que não é nenhuma palhaçada quando estou com este bujão de gás. É porque ele sai das refinarias por menos de R\$ 18,00. Menos de R\$ 18,00!

E o pior: o gás de cozinha é um lixo que tem de ser queimado para não explodir as refinarias. Aí, de uma hora para a outra, num descontrole total, num desrespeito à sociedade, tenta a Petrobras com o governo federal impor mais 10% de aumento. Então isso é abusivo, isso é uma máfia, isso é um cartel, isso é um crime cometido contra as donas de casa e os pais de família, uma vez que o gás de cozinha faz parte da cesta básica e é um bem que ninguém pode ficar sem ele.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão, Sr. Presidente, por 5 minutos, Adolfo Viana e, por 6 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana por 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu subo, mais uma vez, à tribuna desta Assembleia para tratar de um outro tema. Gostaria de compartilhar com esta Casa Legislativa o pânico que vivem algumas cidades do interior da Bahia, justamente porque elas hoje não têm segurança para oferecer aos seus cidadãos.

Sou membro da Comissão de Segurança Pública e vejo aqui o presidente dessa Comissão, o competente deputado Marcelino Galo, que tão bem a preside. E, hoje, eu iria propor, no âmbito da Comissão, que levássemos a Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos desta Assembleia Legislativa para o interior do Estado, a fim de que possamos visitar tanto as delegacias de polícia como os Comandos da Polícia Militar. Dessa forma, deputado Sidelvan, poderemos ouvir os relatos da ponta, quais são as maiores necessidades da Polícia Civil e da Polícia Militar no interior, já que temos hoje um dos estados mais violentos do Brasil. O documento está pronto em minhas mãos e eu o apresentarei na próxima terça-feira na Comissão de Segurança

Pública. Espero que o deputado Marcelino Galo o aprove, pois precisamos estar perto do problema.

Já temos uma audiência marcada com o secretário da Segurança Pública no dia 28, quando assuntos relativos à segurança pública serão tratados, mas acho importante que façamos essa comitiva para visitar, deputado Marcelino Galo, as delegacias de polícia do interior, os batalhões da Polícia Militar no interior e, se possível, possamos ouvir principalmente os comerciantes dessas cidades. Acho que é o nosso papel estarmos mais próximos da nossa população. Tenho sido provocado constantemente, porque a minha querida cidade de Casa Nova é constantemente vítima de assaltos, foram carros-fortes explodidos, o comércio vem a todo momento sendo assaltado por criminosos, e a população constantemente me envia cartas e mensagens pelas redes sociais.

E não é só Casa Nova, as outras 416 cidades da Bahia também se encontram vulneráveis. Mas todos sabem da minha relação com a cidade de Casa Nova, e de lá têm vindo muitas mensagens pedindo apoio, pedindo ações, e nós não podemos deixar de cobrar. O Norte da Bahia está todo vulnerável - Campo Alegre de Lourdes teve bancos explodidos, Remanso também, Casa Nova com carros-fortes, Juazeiro com bancos, deputado Zó. Ou seja, o Norte da Bahia está completamente abandonado.

Eu irei apresentar este requerimento, presidente Marcelino Galo, e gostaria que a primeira cidade a ser visitada fosse justamente a cidade de Casa Nova, porque vieram de lá essa ideia e essa cobrança.

Fico na certeza de que a nossa Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública vai trabalhar para corresponder às expectativas da nossa população. A Bahia tem que deixar de ser, de uma vez por todas, o destino preferencial do crime organizado. E irei trabalhar com todas as minhas forças para mudar essa realidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Targino Machado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, deputados e deputadas, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*.

Nós estamos submetidos – e de forma especial na Bahia, que detém 60% do semiárido nordestino – a uma seca infame, que está dizimando os rebanhos, dizimando a economia, dizimando os sonhos de forma especial dos pequenos produtores.

Entra seca, sai seca e o Sertão só tem uma garantia: que a seca virá. E os governos estaduais e federais – e não estou me referindo a um governo só, porque a

seca não vem assolando somente em um governo – nunca tomaram providências. Talvez, porque seja interessante colocar em nível federal os caminhões do Exército para distribuir água, muitas das vezes, de qualidade ruim.

E agora preocupa-me muito o fato do governo insano do Michel Temer cortar 40% do orçamento para a distribuição de água pelo Exército. Esse moço... se não fosse a crise que o governo do Estado da Bahia, junto com o Ministério da Saúde, está também a provocar, querendo fechar os hospitais psiquiátricos – já vão fechar –, eu iria indicar para esse presidente da República o endereço de um dos hospitais psiquiátricos da Bahia, porque ele posa de mordomo de filme de terror, impostando a voz, dando um ar professoral, mas é de total irresponsabilidade. E se assim não fosse, ele não teria levado para o governo uma verdadeira quadrilha: cinco ministros investigados. Que terror! Que terror!

Um ministro da justiça que liga para um chefe de uma organização criminosa e se dirige a esse camarada como meu grande chefe. E Michel Temer logo em seguida diz que não viu nada demais no comportamento do Osmar Serrado, que fez isso como deputado federal um mês antes de assumir o Ministério da Justiça.

E nós estamos entregues a quê? Sem rumo. Esse presidente que agora, deputado Marcelo, está sofrendo, apanhando mesmo que mala velha quando se tira a poeira, tendo que gastar dezenas de milhares de reais para alimentar o rebanho. O mandacaru já acabou! O feno já acabou! A ração de milho já acabou! Agora está acabando o dinheiro do ex-presidente para alimentar tantos animais no cocho. Ainda bem que lá na sua região tem água, não é, deputado Marcelo Nilo?

Mas o fato é que estão todos sofrendo. O sofrimento não é só dos rebanhos, o sofrimento é das pessoas com essa empresa concessionária de água, a Embasa, que acho que o presidente foi indicado pelo deputado Marcelo Nilo. Tome uma providência, deputado Marcelo Nilo, troque esse rapaz! Troque, porque não é possível que ele esteja vendendo – não é dando – água de péssima qualidade, na Região Sisaleira.

Eu fui a Capela de Alto Alegre e tomei um susto, quando na casa de uma ex-prefeita eu pedi e ela me deu uma água de excelente qualidade. Eu elogiei a água e perguntei de onde vinha. Ela me disse: “Essa água é mineral, porque nós, aqui, só podemos beber água mineral”. E pediu à secretária do lar para que trouxesse uma água fornecida pela Embasa: mal cheirosa e com a cor absolutamente turva. Isso, a água fornecida pela Embasa.

Então, há falência, nesse Brasil, em terra, céu e mar. Há falência ética, há falência moral, há falência econômica, e eu não estou vendo a luz no fim do túnel. Porque, o que eles querem, agora, é golpear a democracia e esconder os ladrões, todos investigados pela Lava Jato, através dessa infame lista fechada, que só se torna consenso todos os dias, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, por todo o tempo, pelos 11 minutos, falará o deputado Marcelino Galo.

O Sr. Euclides Fernandes:- O tempo é do PSL, bancada independente, de acordo com o que foi publicado no *Diário Oficial*. Não depende da Bancada da Maioria.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder do PSL para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

Por todo o tempo o deputado Euclides Fernandes.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditamos que deva entrar na pauta da sessão de hoje – após a sessão ordinária deve haver a convocação de uma sessão extraordinária – a votação dos dois vetos de projetos de autoria dos Srs. Deputados, por terem a condição de ser autores de projeto de lei disciplinando fatos sociais e políticos da sociedade baiana.

Então, Sr. Presidente, com esses dois vetos colocados pelo Poder Executivo a esses dois projetos – de autoria da deputada Fabíola Mansur e outro de nossa autoria, que proíbe a cobrança de consumação mínima nas casas noturnas, bares etc. –, gostaria, Sr. Presidente, de colocar para os Srs. Deputados que, no processo da elaboração da lei de autoria dos Srs. Deputados, esse projeto de nossa autoria teve aprovação em todas as comissões permanentes desta Casa de Leis. Teve aprovação do Plenário, tendo sido vetado pelo Executivo Estadual. O Executivo participa do processo da elaboração de uma lei com a condição, com a competência de sancionar ou vetar. Quando ele sanciona, dá aquiescência ao projeto de lei. Quando ele veta, parcial ou totalmente, mostra, deixa transparecer a não aceitação ao projeto de lei.

Contudo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os argumentos utilizados pelo Poder Executivo para vetar esse projeto de lei que proíbe a consumação mínima, no caso específico, foram pela inconstitucionalidade e que também o projeto trazia interferência do Poder Legislativo no Poder Executivo. Esse veto foi examinado pela Comissão de Justiça, como manda o Regimento Interno desta Casa de Lei. A Comissão de Justiça, após estudar e se debruçar nos argumentos apresentados pelo Poder Executivo, achou por bem não aceitar os argumentos de que esse projeto traria despesa ou que interferiria no Poder Executivo.

A Comissão de Justiça não aceitou o veto, retornando, então, esse veto para o Plenário, para ser aceito ou não pelos Srs. Deputados. Então, a palavra final é desta Casa. A palavra final quem vai dar são os Srs. Deputados. A participação do Executivo foi de vetar, dizer que não estava de acordo, que o projeto era inconstitucional. Mas, a Comissão de Justiça – que tem um papel fundamental, um papel preventivo para que as leis não sejam elaboradas com vício de

inconstitucionalidade ou que firam o interesse coletivo –, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não aceitou a argumentação. Não achou que a matéria disciplinada pelo projeto de lei tivesse vício de inconstitucionalidade. Daí, Sr. Presidente, acredito que esse projeto que proíbe a cobrança de consumação mínima nas casas noturnas e bares esteja travando a pauta da Casa. Consequentemente, deverá ser convocada, após esta sessão ordinária, uma sessão extraordinária, com o fim específico de examinar o veto a esse projeto de minha autoria e também o veto ao projeto de autoria da deputada Fabíola Mansur.

Nesse veto do projeto de autoria da deputada Mansur, a Comissão de Justiça aceitou os argumentos do Poder Executivo. Já esse de nossa autoria, não. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço aos nobres deputados para examinarem com bastante atenção. Nós não podemos insinuar a inconstitucionalidade. Não podemos, verdadeiramente, acatar o veto do Poder Executivo, porque estaríamos contribuindo para que, cada vez mais, os deputados aqui do Estado da Bahia percam a condição de apresentar projetos de lei nesta Casa de Lei.

Então, Sr. Presidente, o projeto que proíbe a cobrança de consumação mínima é um projeto de grande alcance social. O projeto visa proibir que as casas noturnas – que na prática, constantemente fazem isso – exijam, para a entrada no estabelecimento, que se pague antecipadamente. Que se vá usar esse recurso financeiro ou não lá dentro da boate, para que o sujeito possa entrar nessa casa noturna.

Evidentemente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, manter o veto faz com que a lei não se conclua dentro do processo legislativo. Daí vamos continuar mantendo essa prática que não é boa para a nossa juventude. Porque obriga, estimula e incentiva os frequentadores das casas noturnas a beber mesmo sem querer. A pessoa paga a consumação com antecedência e é evidente que vai querer gastá-la e usá-la com bebida. É ruim alimentarmos e estimularmos a bebida, principalmente para os jovens. Além disso há o alcance social para o excesso de bebida que leva aos acidentes automobilísticos a todo o instante. Então esse projeto procura diminuir o consumo de bebida pelos jovens ou adultos que saem em busca de um momento de lazer nas casas noturnas do nosso Estado.

Solicito, Sr. Presidente, o bom senso dos Srs. Deputados para que possamos concluir o processo de elaboração dessa lei. Para tanto, é preciso que cada um dos Srs. Deputados vote, com a responsabilidade do exercício do mandato e da ordem social, e não mantenha esse veto. A lei se forma, se constitui e passa a produzir os efeitos jurídicos na sociedade baiana, impedindo que as casas noturnas exijam o pagamento da consumação mínima e sejam obrigadas a beber. Porque isso traz risco de vida e também o incentivo à bebida alcoólica.

Faço esse apelo, Sr. Presidente, aos Srs. Deputados para que cada um faça o exame da matéria do projeto. O grande alcance social que também representa esse projeto é exatamente o de proibir que as casas noturnas façam essa exigência de cobrar o pagamento de uma taxa de consumação mínima. É esse o meu pedido aos

Srs. Deputados e espero, acima de tudo, que haja bom senso e responsabilidade quando for colocado para apreciação. É o projeto de autoria do deputado Euclides Fernandes que proíbe a cobrança de consumação mínima nas casas noturnas.

Repito aos Srs. Deputados que esse projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça e por todas as outras. Foi aprovado em todas as comissões e no plenário. Coube a Assembleia Legislativa mandar para o Executivo o projeto para que seja sancionado ou vetado. O governador vetou, retornou a esta Casa para que sejam examinadas as razões do veto, se há fundamento jurídico as razões apresentadas pelo Poder Executivo. Voltou à Comissão de Justiça, a Comissão ratificou que o projeto não tem vícios de inconstitucionalidade.

Por isso, Sr. Presidente, peço aos meus pares que acompanhem o que a Comissão de Justiça desta Casa aprovou por 5 votos a 3, de que não há inconstitucionalidade do projeto.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os Srs. Deputados Prisco, por 3 minutos, Carlos Geilson e Hildécio, por 4 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra pelo tempo de 3 minutos o deputado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, demais membros desta Casa, ontem, ouvi aqui elogios a alguns guerreiros policiais militares que participaram de um confronto na cidade de Irecê, onde 30 marginais causaram o maior terror naquela cidade. A violência em nosso Estado está sem controle nenhum. O governo do Estado está, simplesmente, deixando a violência acontecer e, ainda pior, deixando os policiais à verdadeira míngua. Só elogiar não vai mudar. Ouvi deputado dizendo aqui que foi um ato heroico, mas isso não vai trazer a vida daquele policial.

Hoje, o governador do Estado vai à mídia e diz que não terá reajuste salarial para os policiais militares. Que valorização é essa? Os deputados da base do governo vêm aqui falar que os policiais merecem. Merecem o quê? O governador do Estado dizer que não vai dar aumento, não vai oferecer reajuste? Estamos indo para o segundo ano sem reajuste salarial, um desrespeito total desse governo não só com a categoria dos policiais militares, civis e do corpo de bombeiros, mas com todos os servidores públicos do Estado da Bahia. Isso é um verdadeiro absurdo. Enquanto se gasta uma fortuna em propaganda para enganar e ludibriar a população da Bahia. O governo do Estado não tem nenhuma ética e moral para não oferecer um reajuste aos servidores do Estado, especificamente, como ele colocou hoje na mídia, aos policiais

militares. Enquanto vários policiais militares estão morrendo em confronto, em combates, passando dificuldades absurdas, o governo gasta os recursos que tem com propaganda, com enganação e mentira à população da Bahia. Persegue e demite trabalhador, essa é a postura que esse governo tem tomado em relação à segurança pública.

Recentemente, vivemos uma tragédia na cidade de Bom Jesus da Lapa onde dois policiais morreram e um foi baleado ficando em estado grave. Também tivemos uma tragédia na cidade de Irecê, graças a Deus nenhum policial saiu ferido no enfrentamento a uma quadrilha de 30 homens sem nenhum equipamento específico para aquele combate, sem nenhuma condição. Os policiais, mais uma vez, honraram aquilo que fazem em prol da sociedade baiana. Enquanto esse governo não honra, em momento algum, o respeito a essa categoria tão importante, que são os policiais civis e militares.

Esse é o governo que, mais uma vez, gasta todo o recurso que tem em propaganda. O próprio Tribunal de Contas do Estado fala que o governo gastou mais em propaganda do que investiu em segurança pública. Até quando a população da Bahia terá o seu sangue derramado? Toda essa violência acontecendo em todo o Estado e esse governo bancando só a mentira e a enganação na segurança pública do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 4 minutos, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Alex Lima, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa e você que nos assiste pelo *canal TV Assembleia*, ontem, recebi uma denúncia que torço para que não seja verdade. Feira de Santana é uma cidade composta de 8 distritos, tem povoados distantes da sede do município em torno de 70 km e as viaturas têm apenas R\$ 30,00 de combustível por dia.

Faço essa denúncia na torcida de que não seja verdade. Faço essa denúncia pedindo que o deputado Zé Neto desminta. Faço essa denúncia para que o comandante da polícia militar em Feira de Santana diga que não é verdade, pelo amor de Deus! Apenas míseros R\$ 30,00 de combustível! Apenas R\$ 30,00 para botar gasolina, botar óleo no carro! Não são 30 litros, são 30 reais. O Secretário de Meio Ambiente do município, o ex-deputado Sérgio Carneiro, tem solicitado viatura da polícia para ajudar no combate à poluição sonora em Feira de Santana e esbarra num problema: não tem combustível, o combustível que é colocado não dá para a cobertura da cidade. O deputado Soldado Prisco relatou a situação de Irecê.

Eu pergunto: como é que a polícia em Feira de Santana com 30 reais de combustível vai poder correr atrás de bandidos, que estão com carros novos, possantes, tomados de assalto. A diferença é muito grande, a diferença de estrutura é astronômica. Por mais que o policial seja aguerrido, por mais que ele vista a camisa da corporação na defesa da sociedade, há uma disparidade. Quero e clamo que o deputado Zé Neto diga que não é verdade, que eles colocam lá 100 reais por dia, 200, 300 reais por dia de combustível e não apenas 30 reais. Gente, é um valor irrisório, insuficiente! Como dar conta de uma cidade do porte de Feira de Santana? Quem conhece sabe perfeitamente a planta da cidade e a sua dimensão territorial com 30 reais.

Essa é uma denúncia que faço pedindo, rogando para que ela não seja verdade, para que o Líder do governo diga que isso não existe e que nunca existiu. Aqui fica o meu apelo, a minha reivindicação, torcendo para que não seja verdade, pedindo pelo amor de Deus porque quero ser desmentido, porque esse desmentido vai dizer quanto de fato o governo coloca de combustível por dia, qual o valor para patrulhar, para fazer o trabalho de policiamento ostensivo na cidade de Feira de Santana.

Aguardarei hoje, amanhã, qualquer dia, que alguém do governo suba a esta tribuna e desmintar essa informação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra o nobre deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes aqui neste plenário, nós, parlamentares, membros deste Poder Legislativo baiano, temos ao longo do tempo e isso evidentemente não é de agora, é de muito tempo, ficamos tolhidos de exercer uma das principais das nossas missões, que além de fiscalizar atos do Poder Executivo, também é de legislar.

Mas, infelizmente, ao longo dos anos por força da nossa Constituição Estadual, evidentemente para o gosto dos chefes do poder Executivo, ficamos impedidos de legislar matéria que leve despesas para o Poder Executivo. Num momento de muita lucidez, aliás como lhe é peculiar, o deputado Luciano Ribeiro, então, percebendo esse entrave que temos aqui no Poder Legislativo, deu entrada nesta Casa a um projeto de emenda constitucional, que é a PEC nº 144, de 2015, no sentido de corrigir essa anomalia. Ou seja, com esta PEC nós, deputados estaduais, tenhamos a possibilidade de elaborar projetos de leis ainda que esses criem despesas para o Estado.

E de pronto o deputado Luciano Ribeiro com essa iniciativa recebeu apoio deste Parlamento, eu diria de todos os deputados, de todas as Bancadas, dos

deputados, inclusive, do Partido dos Trabalhadores, a exemplo do deputado Joseildo Ramos. E me lembro de uma das observações do deputado Joseildo Ramos, favorável à PEC 144, ele chegou a declarar que tínhamos que mudar esta realidade, até porque se tratava ainda de resquício da época carlista.

Portanto, percebo, deputado Luciano, que esta PEC não terá dificuldade em ser aprovada nesta Casa. Infelizmente, na semana passada – me parece que num almoço do governador com a sua Bancada, ao contrário do que diz a sua base, que é um governo democrático e republicano – o governador de forma inequívoca e para toda Bahia tomar conhecimento, exigiu que a sua Bancada vote contra essa PEC. Talvez num tom muito mais, eu diria, muito mais ditatorial do que em épocas atrás. E disse, ainda mais, que aquele que não votasse contra essa PEC estaria se colocando contra o governo.

E por coincidências da vida o relator desta matéria, desta PEC, é o deputado Joseildo, do qual nós não esperamos outra iniciativa que aquela de confirmar o que V.Ex^a, deputado Joseildo, aqui mesmo disse, dando apoio, entendendo a necessidade que nós parlamentares temos de ter uma liberdade maior em elaborar um projeto de lei.

Portanto, estamos na expectativa de que esse relatório de V.Ex^a virá no sentido de aprovar essa PEC tão bem elaborada pelo deputado Luciano Ribeiro. Portanto, nós parlamentares ficaremos muito satisfeitos se esta Casa aprovar a PEC 144/2015, de iniciativa do deputado Luciano Ribeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 11 minutos o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Fabrício Falcão):- Com a palavra, o nobre deputado Marcelino Galo pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Nobre presidente desta Casa, deputadas, deputados, imprensa, servidores e servidoras, companheiros que aqui quem nos ouvem e nos vêm pela *TV Assembleia*. Hoje, pela manhã, tivemos a oportunidade de realizar uma audiência pública com ampla participação, eu diria quase a unanimidade das representações das diversas polícias sobre os impactos da reforma da Previdência sobre as carreiras de policiais, sejam eles militares federais, ferroviários federais, rodoviários federais, policiais civis.

Então, na verdade ali compareceram mais de sete entidades representativas, com seus diversos representantes, colocando-se de forma enfática a respeito dos

impactos sobre essa categoria. Esse encontro resultou numa carta que entregaremos, no dia 5 de abril, ao relator da matéria, ao Presidente do Congresso Nacional, às diversas instâncias, à Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal, esse impacto que é cruel sobre uma carreira. Então, nós que entendemos os direitos humanos e a segurança pública como um elemento fundamental nisso, porque não é possível ter direitos humanos sem a garantia à vida, ao patrimônio, entendemos que os policiais são os verdadeiros aliados da execução dessas políticas.

Por isso que esse debate, franco, sincero, sem demagogia, sem querer enganar, sem falácias, discutindo abertamente, de forma democrática, com aqueles que representam os interesses dessas categorias, ali ficou clara a crueldade desses impactos sobre as forças militares. Estudiosos, técnicos, que vivem o dia a dia, colocaram claramente que a idade média de um policial hoje no exercício da sua função é de 56 anos.

Hoje, esse governo ilegítimo quer colocar como idade mínima 65 anos, mas a condição de estresse em que vivem esses policiais, a condição de sofrimento psíquico daqueles que estão na rua fazendo o enfrentamento dá uma complexidade que merece condições diferenciadas para essas categorias.

Então, compreendendo de forma profunda o que representa a verdadeira realidade, os impactos dessas medidas, as diversas categorias estão determinadas, eles vão para cima, para poder defender os seus direitos, as especificidades da sua ação, porque esse governo ilegítimo não compreende a realidade do povo trabalhador.

Uma reforma que ataca frontalmente as mulheres que fazem parte desse universo e que são a maioria da nossa sociedade, e aí, a mulher policial, a mulher professora, 80% do ensino básico é suprido com o trabalho da mulher, que também planeja aula, corrige prova, tudo em casa, porque não é remunerada para isso e ainda tem a sua jornada doméstica de cuidar de filhos, nos países europeus tem-se direito à aposentadoria só pelo trabalho doméstico.

No entanto, aqui neste País, esse ilegítimo, que de forma irresponsável... E que não sabe nem fazer marketing, porque levou uma delegação de 32 diplomatas e representantes de outros países para comer carne importada, é um irresponsável, é um incompetente, ele não tem condições de governar esta Nação e não tem moral para levar a cabo uma reforma tão séria para a vida do povo brasileiro como essa reforma da previdência, reforma esta que combinada com a das leis trabalhistas, que desestrutura o mundo do trabalho, que informaliza, que terceiriza às últimas consequências, precarizando relações de trabalho, dificultando a arrecadação para a previdência.

Então, uma coisa vem no sentido de agravar a outra, não é possível que nós brasileiros... aqui com a compreensão que tivemos com o aprofundamento que foi feito, hoje, pela manhã, na Comissão dos Direitos Humanos, cujos membros foram convidados a ir a Brasília entregar a carta legítima fruto do conhecimento da realidade do exercício de uma categoria de trabalhadores que merece todo respeito, que não merece ser manipulada.

Faremos um exercício democrático de cidadania, com certeza, ao esclarecer a esse relator, não sei se relator ou delator, porque também não tem legitimidade para relatar nada. Deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a que é legalista, esse relator deve à Previdência Social R\$ 151.000. Qual a moral que tem esse sujeito que vive em Bom Jesus da Lapa e sabe a realidade do homem do campo deste País? Que trabalhador rural terá condição de contribuir com 49 prestações ao longo da vida para ter direito à aposentadoria?

Deputado Hildécio Meireles, V.Ex^a que está alargando seus territórios, visitando Vitória da Conquista, a Comissão dos Direitos Humanos vai visitar Vitória da Conquista para ouvir aquelas famílias que foram expulsas na calada da noite, pelo seu direito legítimo de reivindicar moradia.

V.Ex^a não estava aqui para ver a aula que deu o professor Zé Raimundo, que conhece, porque participou do projeto que transformou Vitória da Conquista em uma das melhores cidades para se morar neste País. Isso não é conversa fiada, são indicadores econômicos, indicadores de desenvolvimento humano que nos provam que uma cidade com restrições na água, restrições econômicas, através de políticas bem executadas, com lideranças do quilate do professor Zé Raimundo, de Guilherme Menezes foi transformada numa das melhores cidades.

Aconselho V.Ex^a a se informar mais do que vem acontecendo naquela cidade. Gostaria de informar também a V.Ex^a que um secretário foi surpreendido numa secretaria às três horas da manhã, e o porteiro chamou a polícia, e não era nem secretário daquela secretaria. Então, essa é uma confusão que ocorre justamente nessa experiência que V.Ex^a trata neste Plenário, como uma experiência exitosa.

A sociedade quer saber o que aquele secretário estava fazendo em outra secretaria às três horas da manhã, querendo acessar computadores. Queremos saber isso aqui, professor Zé Raimundo.

Deputado Hildécio Meireles, gostaria que V.Ex^a se informasse melhor sobre a realidade do município de Vitória da Conquista, e o caos que está instalado naquela gestão.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra, ao nobre Líder do Governo, da Maioria, Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 6 minutos o deputado Zó, e pelo tempo de 5 minutos o deputado Zé Neto.

O Sr. Hildécio Meireles:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Presidente, vou solicitar a verificação de quórum, mas antes, porém, utilizando o tempo da questão de ordem, quero dizer ao deputado Marcelino Galo que vou procurar me informar mais sobre Vitória da Conquista. Tem muita coisa para eu me informar mais, muita coisa.

Concordo com ele, deputado Zé Raimundo, que Vitória da Conquista é uma das melhores cidades para se viver no Estado da Bahia, e certamente V.Ex^a contribuiu com a evolução daquela cidade. E tenho absoluta certeza de que quem tem o bom senso não vai permitir que áreas consideradas de proteção ambiental por lei federal sejam invadidas, sobretudo para especulação. Essas áreas, apesar de serem consideradas áreas de proteção ambiental por lei federal, ficam sob a responsabilidade do gestor municipal. E o prefeito não poderia permitir que fossem invadidas por especuladores que chegam lá, pela manhã, naquelas casas de palha, e à tarde vão embora para suas verdadeiras casas. Ficam, apenas, para garantir o espaço em área pública de proteção ambiental, para ir para o mercado de especulação.

Portanto, vou me informar mais ainda, deputado Marcelino Galo, sobre os 20 anos que se passaram. E tenha absoluta certeza, sobre essa denúncia que V.Ex^a fez de que alguém invadiu a Secretaria da Fazenda Municipal eu soube de outra forma. Não serei leviano de aqui falar sem profundidade; vou procurar saber, e na semana que vem eu lhe responderei. Tenho absoluta certeza de que o hoje prefeito Herzem Gusmão, ex-deputado, nosso colega aqui, é um homem de bem, é um homem probo, e tenho certeza de que não tem esse interesse.

Nobre presidente, peço a V.Ex^a a verificação de quórum para continuidade da sessão.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, peço para que considere o tempo de 15 minutos, e passamos a convidar todos os deputados por conta dessa questão de ordem de verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro as questões de ordem, peço que zerem o painel e façam contar o tempo regimental.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, Sr. Presidente Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Solicito aos deputados e deputadas que compareçam ao plenário para dar frequência e podermos continuar com a presente sessão.

Ouvi atentamente as reclamações do deputado Carlos Geilson, e gostaria apenas de levantar algumas situações no que dizem respeito à segurança pública do Estado, mais especificamente de Feira de Santana.

Ele disse que por dia, se não me engano, tinha 30 litros de gasolina ou 30 reais de gasolina. Tive, até agora, uma informação primária dada por um policial, que disse que nas operações especiais, feitas permanentemente na cidade, não há limites, e por turno seria em torno disso, e por dia seria o dobro. Então, não tenho uma informação precisa ainda sobre esse assunto.

Essa resposta estou dando dentro dos 5 minutos que tenho da questão de ordem para...

O Sr. Hildécio Meireles:- Sr. Presidente, se o deputado Zé Neto pediu questão de ordem, são 5 minutos.

O Sr. Zé Neto:- São 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Está marcando.

O Sr. Hildécio Meireles:- Então diga para que é a questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Vou dizer.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Ele está formulando, deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Zé Neto:- Dentro do pedido de questão de ordem, quando está convocando, é para convocar. Já convoquei e vou convocar de novo. Agora, tenho 5 minutos.

O Sr. Hildécio Meireles:- O objetivo da questão de ordem era convocar?

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a haverá de ter conhecimento ao fim da minha questão de ordem. Tenho 5 minutos para elaborá-la. V.Ex^a deixa?

O Sr. Hildécio Meireles:- Se V.Ex^a já convocou, já elaborou e gastou o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Hildécio, o deputado Zé Neto está fazendo uma questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Peço que V.Ex^a garanta meu tempo, porque ele não está me deixando falar.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Zé Neto, continue a sua questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Quero lembrar ao deputado Carlos Geilson que, primeiro, achei estranho ele dizer que o ex-deputado federal Sérgio Carneiro, atual secretário do Meio Ambiente, reclama porque está fazendo operações do município e o Estado não está tendo gasolina para acompanhar as operações, que são muitas. Acho isso, no mínimo, acintoso.

Ele recebe o apoio da Polícia Militar, que não tem essa obrigação, já que eles têm Guarda Municipal própria. Isso é um absurdo. Da mesma forma que eles pedem todos os dias para a Polícia Militar perseguir “ligeirinho”. Eles não têm aparato de trânsito com tanta multa que cobram? Não têm aparato da Guarda Municipal?

Vou conversar com o secretário e, também, com o coronel comandante-geral lá, em Feira, porque é uma situação, no mínimo, de falta de respeito à Polícia Militar da Bahia e de Feira de Santana, vir para cá, infelizmente, reclamar que não está tendo apoio por falta de gasolina. Já que ele tem a necessidade, dê também o apoio que for necessário. Mas acho que essas coisas se tratam de um Poder para o outro.

Quero encerrar, Sr. Presidente, dizendo que no dia 7, daqui a duas semanas, nós estaremos lá entregando 4 veículos, deputado Targino, da Polícia Militar por distrito...

O Sr. Alan Sanches:- Já temos 21 deputados, a questão acabou.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Já foi restabelecido o quórum.

O Sr. Zé Neto:- Pronto, agora vou retomar minha fala.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Zé Neto, pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Agora, vou falar com mais tranquilidade.

Seguindo meu raciocínio, acho que essas coisas devem ser tratadas pelo poder municipal com a polícia. Acho extremamente desgastante para o coronel Delmário, que, inclusive, tem sido um colaborador do município. Defendo que sempre haja uma boa convivência entre a Polícia Militar e o prefeito, seja ele qual for, seja qual for a administração municipal. Agora, acho reclamações como as que foram feitas pelo deputado Carlos Geilson desnecessárias, desgastantes e desrespeitosas com a Polícia Militar.

Aliás, faz 11 anos que estamos no poder e muito longe estamos daquele município que tinha 6 carros de polícia: duas caminhonetes e quatro Merivas, para atender ao município todo.

Só para vocês terem noção, hoje, são 70 veículos, 10 vezes mais. Esta semana vamos receber mais 4 veículos novos por distrito, todos os distritos terão veículos novos, a maioria deles caminhonetes. Esses 4 veículos farão o trabalho que era necessário ser feito em distritos que precisavam de veículos melhores e mais novos.

Além disso, vamos receber mais 10 motocicletas, mais duas caminhonetes para as companhias e mais 3 carros para o P2 fazer o trabalho da polícia. Serão 19 veículos a mais em Feira de Santana. Se, hoje, temos 70, vamos chegar a quase 80, porque alguns são em substituição.

Quero lembrar a V.Ex^a que é dessa forma que se faz segurança pública.

Aliás, quero, aqui, parabenizar ao secretário da Segurança, ao comandante Anselmo e ao secretário da Educação, Walter Pinheiro. Nós recebemos, no começo do ano, 4 veículos novos para fazer a ronda escolar. Veículos preparados, inclusive com estilo diferente dos carros de polícia comum, para o trabalho na porta das escolas, um trabalho excelente. Esses 4 veículos estão lá, fazendo o trabalho da Polícia Militar.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte, excelência?

O Sr. ZÉ NETO:- V.Ex^a está inscrito.

Espero que esse seja o resultado de um processo que vem dando certo. Estamos trabalhando cada dia mais pela segurança pública do Estado.

Hoje, pela manhã, recebi uma informação, que já estávamos constatando, dada pela Oposição, sobre atraso do pagamento de algumas situações no interior. Já estamos averiguando, não é o que foi dito, o que existe são contratos que precisam ser revisados pelas empresas, e isso está sendo discutido junto à Procuradoria e ao Governo. Nesse tempo, eles estão cobrando diferenças, e aí quem vai discutir é a Procuradoria, não somos nós.

Mas em Feira de Santana está muito distante o tempo em que rodavam o dia todo, era isso que acontecia lá, seis veículos apenas, um batalhão de polícia e seis veículos com R\$ 10, à época, que não dava para comprar seis litros de gasolina. Isso é o que tem que ser lembrado. Está muito distante, e eu peço, aqui, aos representantes do Município, especialmente ao deputado Carlos Geilson... Para viver bem, não é preciso fazer o trabalho que lhe foi solicitado pelo, eu acho, secretário Sérgio Carneiro. Se ele precisa da Polícia, ele tem que sentar com a Polícia e conversar.

Está faltando gasolina porque a operação é mais extensa, porque, parece-me, ele faz lá uma operação de apreensão de som, enfim, essas coisas que fazem parte do dia a dia de controle do meio ambiente. Então, que ele converse e até convenie, até dialogue e faça um trabalho de harmonização com a Polícia, não pode chegar aqui e pedir ao deputado Carlos Geilson, acho que foi isso, acredito que foi isso, para vir fazer uma crítica pública, desnecessária, e desnecessária principalmente para nossa Polícia Militar em Feira, que, aliás, vem trabalhando e muito.

Há uma redução, nos últimos dois meses, da ordem de 24% nos homicídios da cidade, temos uma cidade complicada do ponto de vista geográfico, somos hoje o maior polo logístico do Nordeste, o maior entroncamento rodoviário do Nordeste, e todos sabem que, com o crescimento da droga, como aconteceu em todo o País – não foi diferente no Nordeste, não foi diferente na Bahia –, temos, claro, muito mais dificuldades para, na segurança, no dia a dia, enfrentar todas essas situações.

Portanto, acho que está respondido e quero até convidar, vou convidar o deputado Targino, o deputado Carlos Geilson, deputado Angelo Almeida, vamos convidar os deputados da região para a inauguração no dia 7...

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Está inscrito, V.Ex^a.

(...) Vamos convidá-los para a inauguração do prédio novo da Procuradoria-Geral, em Feira de Santana, inclusive, neste dia, o governador vai lançar a construção da Policlínica Regional, em Feira de Santana, o que vai ajudar, por demais, a saúde em toda a região...

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, Ex^a.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) Estou com meu tempo praticamente... Deixe-me encerrar o raciocínio.

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, Ex^a.

O Sr. ZÉ NETO:- Com a Policlínica, vai melhorar o atendimento de média complexidade e especialidade.

O Sr. Targino Machado:- Um aparte, Ex^a.

O Sr. ZÉ NETO:- Eu peço desculpas a V.Ex^a, infelizmente estamos com 20 segundos para encerrar a minha fala, e quero, aqui, registrar a minha tristeza de ver certas situações que poderiam ser resolvidas com o diálogo, com o bom senso, serem resolvidas ou serem denunciadas... o que não condiz com a verdade e não corresponde ao bom convívio que deve existir entre Município e Polícia Militar da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Zó.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, o assunto que o deputado Zé Neto falou é importante, o meu também é, mas não venho à tribuna porque espero sempre trazer alguma coisa que tenha importância.

Gente, quando cheguei aqui, dei um grito de alerta, hoje darei um grito de socorro, porque, há alguns dias, o presidente interino foi à Paraíba inaugurar uma obra que ele não fez. Até aí, tudo bem, ele é o presidente, pode inaugurar.

Na semana passada, o governador fez uma inauguração também e convidou a presidente Dilma e o presidente Lula. Nada contra, entendo a necessidade de água por parte do povo da Paraíba, do Ceará, de Pernambuco e de outros estados porque sei o que é falta d'água. Quase todos nós sabemos, não é, deputado Targino Machado? A Bahia é quem bem sabe, porque tem 2/3 do seu território no Semiárido e talvez seja, no Nordeste, um dos Estados com menor açudagem, com menor abastecimento e investimento em armazenamento de água, porque o DNOCS fez muitos açudes no Ceará.

Pois bem, quando nós, que nascemos nas margens do rio São Francisco, criticávamos a discussão sobre as obras da transposição, éramos tachados de atrasados, de pessoas que não queriam o desenvolvimento, porque nós sabíamos que a revitalização do rio São Francisco tinha que ser feita. Mesmo no Governo de Fernando Henrique, já se discutia a questão da transposição.

A obra foi feita, parte dela já começa a funcionar, a outra parte está parada, entendemos, sabemos. Tudo bem, que seja feita, seja atendida, mas quero dizer aos irmãos da Paraíba, do Ceará, dos outros Estados que estão recebendo, agora, o sagrado rio São Francisco, que tem 516 anos de exploração a serem completados no

dia 4 de outubro: o rio está numa situação que só quem sabe somos nós, que o amamos muito, como amamos os nossos filhos, porque ele é o nosso pai, a nossa mãe, é tudo para quem nasceu ali. Quem o conheceu, quem carregou lata d'água e até quem não carregou, mas o conhece, quem nasceu na beira daquele rio...

Pois bem, nós vivemos hoje um processo de degradação que levou ao desespero da sociedade que margeia aquele rio. Agora, provavelmente vamos ter mais senadores, mais deputados federais e estaduais para brigarem por esse rio, porque eles estão recebendo a água do rio na Paraíba. Talvez eles façam o que nós não fizemos aqui, porque só tem um senador que abraça de verdade a causa desse rio, é o senador Otto Alencar.

Vou pedir aos deputados federais, todos, independentemente de posição política, que o abracem, porque, senão, essa transposição vai virar uma porcaria, uma merda! Não tem mais água nem para gente que mora na beira do São Francisco, nem para a gente, quanto mais para levar para outros lugares! O rio São Francisco já tem 16 km invadidos pelo mar, já se pesca tubarão e outros peixes de água salgada no rio São Francisco.

Isso tudo é verdade, se a gente não acordar, e aqui tem muitos deputados, como o deputado Adolfo Viana, o deputado Antônio Henrique, que são das bacias ou do rio São Francisco... Então, eu queria levantar... Só um momento, deputado. Eu queria levantar isso, sabe por quê? Porque a vazão do rio São Francisco, que chegou a 1.300... Eu já vi vazão muito alta naquele rio São Francisco. A vazão do Sobradinho, em 2013, ficou de 1.300 a 1.100 metros cúbicos por segundo; em 2014, de 1.100 a 1.000 metros cúbicos; em 2015, de 1.000 a 800; em 2016, de 800 até 700. Neste ano, se continuar do jeito que está, vai voltar à vazão original média, que é de 600 metros cúbicos por segundo. Por isso que eu pedi para falar e eu queria tempo, pouco falo aqui, mas isso é tão importante quanto todos os outros assuntos que foram tratados nesta tribuna.

Deputado Adolfo, tente aproveitar o tempo aí, desculpe-me. Com o aparte o deputado Adolfo.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado, eu só disponho de 15 segundos e só tenho que lhe parabenizar pela coragem, todos os pronunciamentos que vierem em defesa do rio São Francisco ainda serão poucos, e V.Ex^a o faz hoje com uma indignação que é a mesma indignação do nosso povo ribeirinho. Parabéns a V.Ex^a.

O Sr. ZÓ:- Para concluir, presidente, só quero registrar que há uma luta do comitê das bacias hidrográficas do rio São Francisco que diz: o Velho Chico tem pressa. Por isso, eu quero deixar esse registro, a minha indignação, para que a gente possa fazer essa frente, porque, senão, o rio São Francisco, neste ano, não terá atendidas as necessidades múltiplas que ele tem.

Então, eu queria deixar este registro, volto a falar sobre esse assunto aqui para explanar dados importantes que eu tenho, precisamos estar todos juntos para que o rio São Francisco não morra definitivamente. Que o rio não deixe de atender somente os

que estão sendo atendidos agora, com a transposição, mas os seus filhos originários, da beira do São Francisco, os peladeiros, os ribeirinhos, o povo que eu sou e o povo que muita gente é lá...

(Não foi reviso pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Luciano Ribeiro, por 5 minutos, e o deputado Alan Sanches, por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, secundando aqui a fala do deputado Zó, eu também quero comemorar pelas águas do São Francisco que chegam à Paraíba.

Penso que, naquele ato em que o presidente da República lá esteve para a inauguração, deveria, e assim eu teria feito se presidente fosse, ter convidado os ex-presidentes Lula e Dilma para, com ele, também inaugurar. Mas também condeno, veementemente, o ato de um comício fora de época, feito logo após.

E, mais ainda, vou sugerir ao nosso Líder, na Bancada da Oposição, que encaminhe requerimento ao governo do Estado da Bahia para que possa saber quais os custos reais da viagem do governador Rui Costa àquele comício, quais os custos reais, também, da transmissão, pela *TVE*, daquele comício que, entendo, na minha modéstia compreensão, é um ato abusivo porque é um ato eleitoral usando o dinheiro público.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje tivemos o secretário da Fazenda na Comissão de Orçamento, Finanças e Controle. O secretário, sempre digo, tem outras qualidades, obviamente, mas ressalto duas: a primeira é saber mexer com números; a segunda é saber falar e saber responder aquilo que não quer falar. Por que digo isso? Nós fizemos alguns questionamentos, o secretário muito solícito, muito educado, mas nenhum deles foram respondidos efetivamente.

Eu, naquela oportunidade... É uma preocupação que tenho, de muito tempo, com relação aos contratados através de empresas terceirizadas do Estado da Bahia. Eu foquei porque são esses contratados com os quais tenho mais contato, aqueles da Secretaria de Educação, em número de 11 mil contratados. Percebi que esses contratados estão sendo lesados nos seus direitos como trabalhadores porque, embora tenham recebido salários, não receberam outras verbas referentes às rescisões salariais.

Ora, também percebi nas minhas investigações, nos meus estudos, que, nesse período de junho de 2006 até a presente data, primeiro, foram extintos contratos de

trabalho com esses mesmos trabalhadores; depois, firmados com outras empresas contratos de trabalho com esses mesmos trabalhadores; e, por fim, esses mesmos trabalhadores foram contratados através de Reda.

Dentro disso, também em um determinado momento, houve uma vacância que não havia nem nas empresas terceirizadas nem no contrato de Reda. Como fazer então para pagar esses contratados que estavam trabalhando? O Estado pagou de forma direta. Pergunto: de que forma? Não sei porque não me foi respondido e eu preciso saber. Preciso saber por duas situações: primeiro, a defesa dos trabalhadores, que precisam receber as suas verbas indenizatórias; a segunda é por zelo ao cofre público.

Ora, não preciso ser advogado, jurista, juiz para poder entender que, se eu trabalhei numa empresa, e encerrou-se aquela relação de trabalho; trabalhei em outra, por quatro meses, encerrou-se aquela relação de trabalho; e hoje estou trabalhando para o Estado, ou seja, diretamente, e todos esses serviços foram contínuos, para o mesmo tomador do serviço, óbvio que são três relações de emprego. Óbvio que se esses empregados estão assim a proceder, estão a acionar o Estado junto com as empresas, na Justiça, o Estado está devendo – aos funcionários, porque deve subsidiariamente e também às empresas que o Estado não pagou.

Porque há também um acordo firmado no Ministério Público do Trabalho para bloquear da conta de uma das empresas, tomadora de serviço, R\$ 14 milhões – o Estado não bloqueou. Depois, tem uma ação judicial do sindicato contra o Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Concluindo, Sr. Presidente, com sua tolerância.

(...) para que ele então, bloqueie, e até hoje o Estado não pagou e os trabalhadores estão “a ver navios”.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Alan Sanches.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Deputados e deputadas, demais cidadãos que nos acompanham, hoje é um dia de alegria de comemorar a Justiça. Na semana passada... Na verdade, venho me queixando das solicitações de informações não respondidas pela Sesab há muito tempo. Se forem buscar os anais desta Casa vão perceber que nenhuma solicitação de informação, inclusive quando era presidente da Comissão de Saúde, membro da Comissão de Saúde, a Sesab respondeu, chegando ao desprazo de me informar que nem todos os ofícios chegavam às mãos do próprio secretário. Tivemos, inclusive, que levar na própria Secretaria, à secretária dele, na porta do seu gabinete, para que tivéssemos a certeza de que o ofício chegaria, mas nem assim o secretário nos informou.

Pedi, então, no início da abertura da Comissão de Saúde, quando estava sendo instalada este ano, ao presidente Alex, que foi eleito, e eu, como vice-presidente da Comissão de Saúde... Fiz uma nova solicitação, através da Comissão, para que o presidente fizesse essa tomada de informações – sobre o HGE 2, informações que eu já tinha pedido também com relação ao tipo de prótese, que foi alardeado que seria implantado aqui pela Bahiafarma, e outras coisas mais. E não tivemos resposta também. Qual foi a minha atitude nesse momento, já que não me restava outra? Precisava dessas informações, então entrei na Justiça.

Entreí na Justiça contra o secretário e tive garantido o meu direito a resposta, a acesso a informações. Ontem já foi publicado o mandado de segurança contra o secretário da Saúde, Dr. Fábio Vilas-Boas, que me garante essa liminar, obriga o secretário a dar as informações que solicitei. A resposta do secretário, nos meios de comunicação é, primeiro... Quando o denunciado recebe qualquer denúncia do denunciante, qual é a primeira atitude, quando falta argumento, presidente Alex? Quando falta argumento, o que é que ele faz? Ele tenta desqualificar quem está apresentando a denúncia. Mas não adianta, secretário. Eu sei o meu peso, sei o que represento, sei a minha formação, e não adianta tentar me desqualificar. Adianta discutir por meio dos argumentos, que, me parece, faltam ao secretário da Saúde. Porque era simples: os ofícios foram encaminhados. Alguns ofícios pedindo informações importantes para a nossa sociedade, mas nenhum ofício o secretário da Saúde nos respondeu.

Dessa forma, para que alguns tenham conhecimento do que traz o mandado de segurança... Primeiro, eu queria dizer aqui, só fazendo uma leitura rápida, Sr. Presidente: “O mandado de segurança é um instrumento, um remédio constitucional à disposição do indivíduo que dele pode se valer em hipóteses nas quais julga violado o direito líquido e certo de sua titularidade.

O que eu pedi foram informações, informações que me foram negadas. Depois, o próprio secretário informa que elas estavam no *site* tal, não sei o quê, da transparência... Se formos dessa forma, o *site* da Secretaria de Segurança Pública, ao que informa, parece que não está atualizado há quase um ano, deputado Adolfo Viana: há um ano que não se atualiza o número de homicídios no nosso Estado.

Então, quando você faz um... como deputado, não foi nem um cidadão comum, eu estava no exercício do mandato de deputado quando solicitei essas informações, mas a arrogância e a prepotência do secretário não permitiram que ele as desse para a Casa. Essas informações não são minhas, não sou eu somente que as peço, a Casa precisa ter acesso às informações para inclusive, deputada Maria del Carmen, poder exercer o seu mandato, que, dentre as suas prerrogativas, é de fiscalizar o Executivo para que cada vez mais a população tenha nesse caso acesso à saúde.

Então, nós pedimos no mandado, e a justiça concedeu: ele agora é obrigado a dar as informações. E, se não me der as informações, entrarei de novo, vou recorrer à Justiça, quantas vezes forem necessárias, a partir do momento em que ele não informar, simples. Realmente não entendi o porquê de o secretário Fábio – se não está

acostumado com o serviço público, tudo bem, mas é um médico, inteligente, preparado –, simplesmente achar que ele é dono da Secretaria de Saúde e não dar as informações a esta Casa, tolhendo de mim o poder de fiscalizar o Executivo – o que é minha função primordial, além de elaborar os projetos de lei.

Então, quero agradecer à Justiça pelo reconhecimento da nossa solicitação, ao nos conceder esse mandado de segurança. Ele agora tem que informar a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o nobre Líder do Governo, da Maioria ou do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, falará por 4 minutos a deputada Maria del Carmen; por 4 minutos, o deputado Rosemberg Pinto; por 4 minutos, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 4 minutos, a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, hoje, com a vinda do Secretário da Fazenda a esta Casa para prestar contas do terceiro quadriênio, algumas polêmicas foram levantadas pelos deputados de oposição com relação às obras do metrô. Devido ao questionamento se esses recursos seriam do Estado ou da União, viemos trazer algumas informações com relação a essa situação.

O investimento realizado para a obra do metrô – linha 1 e linha 2 – é da ordem de 7 bilhões, 442 milhões, 934 mil e 165 reais. Os recursos da união já colocados no metrô, no período de 2000 a 2013, foram da ordem de R\$ 613 milhões de reais. E há uma previsão do OGU de investimento da ordem de 1 milhão, 283 mil, 89 reais e 20 centavos. Desses recursos, foram liberados pela União, em 2016, investimento da ordem de 202 milhões e 240 mil reais, significa que dos 1 bilhão, 283 milhões, menos 202 milhões, que dá 1 bilhão e alguma coisa – deveria ser liberado durante este ano. Desse período, tem se liberado – entre liberado, pago, e a pagar – um pouco mais de R\$300 milhões, o que completaria, até o final deste ano, a quantia de R\$1 bilhão que teria que ser paga.

Tem sido colocado pelos deputados que esse recurso do FGTS seria recurso da União, mas é do Fundo de Garantia do trabalhador. E ele é um empréstimo que é feito através da Caixa Econômica. O Estado está tomando via Caixa Econômica os recursos do FGTS. Portanto não são recursos da União, porque não são recursos a fundo perdido. São recursos de investimento do Estado.

E o Estado ainda faz contraprestação à concessionária da ordem de 3 bilhões, 805 milhões, 845 mil e 230 reais. Portanto o Estado complementará esses recursos à empresa concessionária da ordem de mais de R\$4 milhões. Isso significa que o

investimento do Estado é da ordem de 71% do valor do investimento no metrô, e da União apenas 28,1%, que são recursos do OGU e os recursos que foram aplicados no período de 2000 a 2013. Fora dessa conta, mais um investimento que o Estado fez foram R\$87 milhões para aquisição dos primeiros trens do metrô.

Nós teríamos mais a acrescentar sobre as obras do metrô, sobre o que ele significa, sobre os problemas que a gente tem, neste momento, devido a Prefeitura não ter ainda cumprido aquilo a que se comprometeu sobre a integração das linhas. Mas deixaremos para voltar a tocar nesse assunto amanhã, já que o que acho que está incomodando os deputados é ver a obra cada dia avançando mais.

E, na quinta-feira, pela manhã, o governador Rui Costa visitará algumas das estações que estão prontas. E eu estarei lá, com certeza, deputado Joseildo, e os outros deputados, sejam da Situação ou da Oposição, estão convidados para conosco visitar essa obra, que de fato orgulha a Bahia.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o deputado Rosemberg Pinto por 4 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, servidores, imprensa, visitantes, em primeiro lugar, eu queria parabenizar o governador Rui Costa, que hoje assinou, através da Secretaria da Infraestrutura, a recuperação da estrada que liga Potiraguá à BR-101, uma reivindicação antiga da região do médio sudoeste. A estrada facilita o deslocamento das pessoas que saem de Vitória da Conquista, Itapetinga e Itambé com destino a Porto Seguro, ao Sul da Bahia, o que economiza em torno de 100 quilômetros.

Logo sairá também a estrada que liga Iguai à cidade de Poções, o edital já está na rua. Isso é muito importante para aquela região. E eu quero agradecer ao governador Rui Costa por mais essa medida.

Queria aproveitar para convidar alguns deputados a promover um debate nesta Casa sobre a reforma política. Ouvi aqui algumas intervenções ... Eu quero pedir desculpas ao deputado Luciano, eu não estava aqui no dia em que fez esse debate, mas acho que precisamos ampliá-lo, inclusive debater, de uma forma muito tranquila, sobre a necessidade de rediscutir o formato do processo eleitoral, de financiamento de campanha e essa coisa que está aí, na ordem do dia, sobre votar em partido ou votar no parlamentar individualmente.

Eu, que sou um defensor convicto da lista partidária, defensor dos partidos políticos, entendo que precisamos fortalecê-los. Essa forma de votação individualizada é quase que uma exceção no mundo. São poucos os países que funcionam como o Brasil. Isso, na minha opinião, não ajuda na consolidação do processo democrático, da forma do comprometimento dos programas partidários. É uma aberração ao processo democrático.

É lógico que qualquer tipo de posição dessa, ela tem que estar vinculado a alguns outros fatores. Por exemplo, a lista fechada deve instituir a forma como a escolha para a composição dessas listas, e o Partido dos Trabalhadores já dá uma aula nisso, das eleições diretas para composição das suas instâncias partidárias.

É necessário, também, que se coloquem limitações para os cargos legislativos em listas fechadas. É necessário que também se discuta a obrigatoriedade do voto em relação à questão dos partidos, ou seja, é um debate que precisamos fazer nesta Casa para evitar aqui o discurso fácil de achar que através da lista quer se esconder ou quer se apresentar, não é verdade. É lógico que neste momento aparecem oportunistas e tal. Mas, no geral, a proposta de votar numa lista partidária, na minha opinião, traz um debate moderno da política mundial.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Com a palavra, o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 4 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos ouvem neste instante, que nos assistem, subo nesta tribuna para mais uma vez chamar a atenção a respeito da pirotecnia que envolve os últimos atos da Polícia Federal.

Uma ação enorme, mais de 1.100 agentes para tratar da Operação Carne Fraca. E essa Operação, deputado Adolfo Viana, foi exatamente numa das áreas do agronegócio onde temos a melhor e a mais avançada tecnologia, não só da agropecuária tropical, mas de todas as iniciativas de produção de proteína de origem animal, na atualidade.

Dessa vez, na comunicação que não lhe cabe da forma como foi feita, a Polícia Federal, mais uma vez, derrapa de maneira histriônica, de maneira pirotécnica, derrapa e atinge na veia uma das coisas que o Brasil faz de melhor. Isso é fato, isso é verdade.

Imagine uma cadeia de produção que envolve 6 milhões e meio de brasileiros, com tecnologia de ponta como ninguém tem. Hoje, na atualidade, na esteira dos acontecimentos, acontece algo que a gente pode denominar de uma situação trágica.

O presidente da República convida representações de diversos países para demonstrar que a carne brasileira, de fato, é a melhor. Mas leva para uma churrascaria que importa carne, que não usa carne brasileira. Esqueceram de dizer isso ao presidente da República!

E mais uma vez a imprensa internacional passou a mão pela cabeça do vampiro golpista e disse: “Menino, esqueceu que a carne é japonesa, que a carne é australiana, que a carne é uruguaia, que a carne é argentina, que aquela picanha não é a boa picanha brasileira.”

E ficamos multiplicando ações que entrarão para o anedotário da política nacional. Essa turma deixou o mordomo em palpos de aranha. Só não foi trágico, só não foi cômico porque mexe com os brios dos bons produtores, que não têm nada a ver com isso.

Era preciso tão somente uma ação cirúrgica efetiva dos agentes da Polícia Federal para, de maneira delimitada, atingir o coração da corrupção naquilo que nós temos de melhor na estrutura federal: o acompanhamento, a fiscalização das quase mil unidades frigoríficas deste País. E apenas 21 delas foram atingidas por atos de corrupção.

Não estamos, aqui, desfazendo da qualidade de mais uma força-tarefa. Mas nos causa espécie que ninguém se levantou contra essa pirotecnia desnecessária, esse trabalho histriônico da Polícia Federal, que tanto nos orgulha, mas está sobrando naquilo que quer fazer como espetáculo, quando deveria ter sobriedade e fazer tão somente aquilo que lhe cabe.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Convoco uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento desta, com objetivo de apreciar as mensagens de veto de nºs 5.085/2017, 5.086/2017, de autoria do Poder Executivo.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Questão de ordem do deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Solicito uma verificação de quórum para votação.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Esta sessão, deputado, será encerrada para se abrir a extraordinária.

O Sr. Alan Sanches:- Retiro a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Angelo Coronel):- Declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.